



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 102

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 02: Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 102**SUMÁRIO**

Ato do Presidente.....	02
Mesa Executiva	02
Presenças	003
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	14
Liderança do PPS:	
Dep. Fed. Raul Jungmann.....	18
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	20
Dep. Plauto Miró Guimarães	20
Dep. Reni Pereira	21
Dep. Barbosa Neto	22
Dep. José Domingos Scarpellini....	23
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	23
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	21
Liderança do PDT:	
Dep. Augustinho Zucchi	27
Liderança do PT:	
Dep. Elton Carlos Welter	29
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	30
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	32
2ª Discussão	32
Discussão Única (Proposições) ..	33
Requerimentos	37
Encerramento da Sessão Ordinária.....	39
Transcrição.....	39
Publicações:	
Comissão Executiva:	
Atos	40

Diretoria Geral:

Portarias	40
Despacho do Diretor	41
Atas de Comissões:	
Redação	31
Saúde Pública	41
Obras Púb., Transp. e Comun. ...	41
Ata de Comissão Especial:	
Reforma da Constituição	42

096ª SESSÃO ORDINÁRIA**Ato do Presidente:****ATO DO PRESIDENTE Nº 05/2005**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Ademar Luiz Traiano, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães, para opinar sobre a Proposição nº 067/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar a Constituição do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE SETEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hoara regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Francisco Bühner e Padre Paulo Campos (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Acho que a forma mais justa de homenagearmos um ex-Parlamentar, um ex-Presidente desta Casa, é realizando a Sessão. A morte do companheiro Erondy Silvério ontem, deixou todos os Parlamentares abalados, porque ele teve uma vivência muito grande nesta Casa, não só com os Parlamentares mas com os funcionários também. Foi Deputado por diversos mandatos, Presidente da CCJ, Presidente da Executiva.

Então, nossa forma de homenageá-lo é realizando esta Sessão e dando oportunidade às Lideranças Partidárias que homenageiem o nosso ex-Presidente,

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 156 e 157/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

446/2005: De autoria do Pode Executivo, que, altera dispositivos da Lei nº 11.713/97 e adota outras pro-

vidências pertinentes aos integrantes do Magistério do Ensino Superior, o qual foi convertido em Lei nº 14.825.

Anote-se - archive-se.

428/2005: De autoria do Pode Executivo a efetuar a Cessão de Uso do Imóvel que especifica ao Município de Paraíso do Norte, o qual foi convertido em Lei nº 14.826. **Anote-se - archive-se.**

Sob o nº 807/2005, do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre extermínio de 34 (trinta e quatro) árvores centenárias no Parque Honório. **Ao conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 196/2005, do Sr. Rogério Waldach Tizzot Diretor-Geral do DER, em respostas ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre a aplicação de recursos na Ponte de Guaíra. **Ao conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 652/2005, do Sr. Waldir Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em respostas ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre edição de impresso intitulado o Porto é Nosso. **Ao conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 689/2005, do Sr. Waldir Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em respostas ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre processo de licitação para instalação de Sistema de Segurança do Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 430/2005, do Sr. Luiz Eduardo Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em respostas ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre parecer impeditivo de fornecimento de energia elétrica em Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/CC 158 e 159/2005, do Sr. Governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nº 676/2003 e 189/2005, respectivamente.

Sob o nº 1472/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades Institucionais, desenvolvidas durante o 2º Trimestre de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO LCM/AL 22.922/2005

Curitiba, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica, esta Presidência

e aos demais Pares desta Casa de Leis, a sua filiação do PDT - Partido Democrático Trabalhista, em 24 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Indicação

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 046/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o seguinte:

1 - As atividades policiais desenvolvidas em zonas de fronteira diferenciam-se das demais ações de polícia, dadas as condições (quase sempre extremamente precárias) destas localidades e, também, da complexidade que o envolvimento de outros organismos públicos de fiscalização e controle trazem à atividade policial.

2 -A exemplo do Decreto nº 4989 de 22.04.82, que concede a gratificação aos policiais militares que servem nas fronteiras, será de inteira justiça a concessão da mesma vantagem aos policiais civis em idênticas condições, especialmente da região de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RENI PEREIRA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a votação em bloco dos itens 16, 17 e 18 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 079/2004, de minha autoria, cuja súmula denomina a Rodovia PR-041 de Rodovia da Maçã.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o horário no Grande Expediente do dia 19 de outubro de 2005, para homenagem aos 40 anos da CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul II-PR.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar do plenário e participar do 3º Encontro - Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, conforme convocação da coordenação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU), a ser realizado na cidade e Cornélio Procópio nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que o Deputado Elton Carlos Welter represente esta Casa na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal, no dia 05 de outubro de 2005, com a participação do Governo Federal, através dos Ministérios do Transporte, da Fazenda e do Planejamento, do Tribunal de Contas da União, bem como representantes de governos estaduais, onde se discutirá a questão da estadualização das rodovias federais, transferidas aos Estados, com base na Medida Provisória nº 82/2003, a qual restou vetada por ocasião de sua conversão, e que está gerando conflito entre o Governo do Estado do Paraná e a União.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2876

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, na abertura da Semana de Turismo, em Telêmaco Borba, nos dias 26 e 27 de setembro, denominada "Turismo e Autenticidade Cultural".

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O Curso de Turismo e a Coordenação da Faculdade de Telêmaco Borba, preocupados com a diversidade

cultural do País realizam “A Semana de Autenticidade Cultural”, valorizando a cultura local, uma vez que considera o Brasil um mosaico cultural de significado extraordinário.

A Semana de Turismo, denominada “Turismo e Autenticidade Cultural” tem por objetivo:

- Valorizar a cultura local;
- promover o intercâmbio cultural entre os acadêmicos e comunidade;
- proporcionar o resgate da vivência cultural do município, valorizando artistas locais;
- contribuir com a responsabilidade social do município.

REQUERIMENTO Nº 2901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste, REQUERER a formação de Frente Parlamentar Pelo Direito à Legítima Defesa e em apoio à escolha da opção NÃO, no referendo marcado para o próximo dia 23 de outubro, no que se refere à proibição da venda e comercialização de armas e munição de fogo no território nacional.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(aa) WALDIR LEITE, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSOSNI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMAR TRAIANO, MILTINHO PUPIO, DELEGADO BRADOCK, DOBRANDINO DA SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEIVO BERALDIN, LUIZ NISHIMORI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ALEXANDRE CURI, RENI PEREIRA, NEREU MOURA, ANTONIO ANIBELLI, JOCELITO CANTO, CIDA BORGHETTI, ARLETE CARAMÊS, NELSON JUSTUS, ELIO RUSCH, HERMAS BRANDÃO, CARLOS SIMÕES, RAFAEL GRECA, CESAR SELEME, RENATO GAÚCHO, GERALDO CARTÁRIO, CLEITON KIELSE, NELSON GARCIA, FRANCISCO BÜHRER, PASTOR EDSON PRACZYK e AILTON ARAÚJO.

JUSTIFICATIVA:

A constituição brasileira prevê, em seu artigo 14, que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”.

O Estatuto do Desarmamento é fruto da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 regulamentado pelo Decreto 5.123, de 07 de julho de 2004.

A partir da edição do Estatuto do Desenvolvimento, o controle de armas no Brasil tornou a posse e especialmente o porte de armas mais restrito. O porte será outorgado aos policiais, militares, responsáveis pela segurança e casos funcionais previstos em legislação específica. O porte de armas tornou-se em regra proibido. A posse, em sua residência ou local de trabalho, exige

teste psicotécnico, ter mais de 25 anos e principalmente declarar para quem necessita ter uma arma.

O referendo servirá para mostrar se os eleitores brasileiros querem ou não que o comércio de armas de fogo e munição seja proibido no País. Assim como nas eleições para cargos do Executivo e do Legislativo, todos os eleitores deverão votar no referendo. Quem estiver impossibilitado terá de justificar a falta.

A Frente Parlamentar proposta visa dar aos eleitores a oportunidade de ter real noção do que possa imputar o desarmamento total da população. Debates serão feitos para conscientizar a sociedade dos benefícios e malefícios do desarmamento como proposto no Estatuto.

REQUERIMENTO Nº 2855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Antonio Brunetti.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Deputado Erondy Silvério, ocorrido no dia de ontem, em nossa Capital.

Erondy Silvério foi um político que muito orgulhou o povo do nosso Estado. Começou sua brilhante carreira como Vereador da Câmara Municipal de Curitiba. Em 1966 elegeu-se Deputado Estadual, com grande apoio da comunidade da região Metropolitana de Curitiba. Permaneceu no mandato popular até a 12ª Legislatura (1991/94). Atuou com raro brilhantismo em todas as Comissões permanentes da Casa, entre elas a Comissão de Constituição e Justiça. Seus Pares o elegeram Presidente da Assembléia Legislativa na 2ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura (1968). O Deputado Erondy teve uma vida sempre voltada à população mais carente do nosso Estado, deixando inúmeros amigos e companheiros, que o lembrarão com muita saudade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoio: Reni Pereira.

REQUERIMENTO Nº 2861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. José de Oliveira Zito Castilho, ocorrido na última quarta-feira.

Zito, como era conhecido o querido funcionário do Banestado, advogado e empresário, foi Prefeito do Município de Centenário do Sul, com realizações de grande vulto direcionadas à comunidade local.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 22 de setembro, do Sr. José Prestes, progenitor de Osmar Prestes, Secretário da Comissão de Saúde do Poder Legislativo Estadual. O sepultamento ocorreu no mesmo dia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jayro Camargo, ocorrido no último dia 22, em Curitiba. O mesmo era servidor inativo deste Poder.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 22/09/2005, faleceu aos 74 anos de idade, o Sr. Jayro Camargo, que era viúvo e deixou 02 (dois) filhos.

O passamento de Jayro Camargo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada e dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Jayro Camargo, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Camargo endereçando a ela,

voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2873

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a família do jornalista Nelson Farias de Barros, pelo seu falecimento ocorrido ontem (25 de setembro de 2005).

A morte de Nelson Farias de Barros representa uma grande perda para o jornalismo paranaense. Ele foi um dos colunistas sociais mais atuantes das últimas décadas. Assessor de imprensa do Teatro Guaíra durante cerca de 15 anos. Barros assinou diversas publicações do jornalismo social paranaense. Pelo legado deixado e por sua história na imprensa do Paraná, peço a meus Pares apoio à proposta.

Solicito ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à família do jornalista.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2892

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elídia Moreski Alberti, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2894

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eni Maggi, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2893

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Durval Nodari, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2850

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Universidade Estadual de Maringá - UEM, através do seu Reitor, Gilberto Pavanelli, em razão daquela Instituição ter 17 cursos citados entre os melhores do país no Guia do Estudante 2005.

Foram considerados excelentes, com pontuação máxima - cinco estrelas - os cursos de Educação Física, Odontologia e Zootecnia.

Com quatro estrelas - muito bom -, estão Administração, Ciências Contábeis, Direito, Farmácia e Bioquímica, Geografia, Matemática, Pedagogia, Psicologia, além dos cursos de Ciências Contábeis e de Pedagogia de Cianorte. E os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Engenharia Química e Química ficaram com três estrelas (bom).

A Universidade Estadual de Maringá oferece 48 cursos de graduação, dos quais 17 ficaram entre os melhores do País.

Num universo de mais de 20 mil cursos, o Guia do Estudante avaliou 6.441 em 875 instituições de ensino superior. Desses 6.441, 1.558 cursos de 240 faculdades e universidades foram contemplados com estrelas.

Para participar da avaliação o curso precisava atender a dois requisitos, ter titulação de bacharelado, com exceção para os cursos de Pedagogia e Educação Física, e turma formada há pelo menos um ano. Além da UEM, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram citadas.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) CIDA BORGETTI

REQUERIMENTO Nº 2881

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço, ao grupo

SONAE, Sr. Paulo Ribeiro, Rua Ariflama, 57 - Pinheiros/SP, CEP: 05422-080 (IR Comunicação) pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a "Orquestra Paranaense de Violas", "William e Renan", "Os Metralhas", "Banda Innexus", "Banda Katmandu", "Irmã Inês e seus Rappers", "Coral Asa Branca de Paranaguá", "Balé do Centro Espanhol do Paraná", "Grupo Folclórico Italiano Garibaldi", "Grupo Ucraniano Poltava", "Banda da Polícia Militar do Paraná", "Grupo Germânico do Clube Concórdia", "Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark", "Grupo Folclórico Anima Dante", "Banda

Hangar 18”, “Banda Le Figarô”, “Banda Lyra Curitiba”, “Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda “Evangelizar é Preciso”, padre Carlos Kleina e sua “Bandeira do Divino Espírito Santo”.

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2882

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço ao Dr. João Casillo, Cônsul da Bélgica no Paraná e Equipe de Funcionários, Rua Lourenço Pinto, 500, CEP: 80.010-160, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e mem-

bro da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a “Orquestra Paranaense de Violas”, “William e Renan”, “Os Metralhas”, “Banda Innexus”, “Banda Katmandu”, “Irmã Inês e seus Rappers”, “Coral Asa Branca de Paranaguá”, “Balé do Centro Espanhol do Paraná”, “Grupo Folclórico Italiano Garibaldi”, “Grupo Ucraniano Poltava”, “Banda da Polícia Militar do Paraná”, “Grupo Germânico do Clube Concórdia”, “Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark”, “Grupo Folclórico Anima Dante”, “Banda Hangar 18”, “Banda Le Figarô”, “Banda Lyra Curitiba”, “Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda “Evangelizar é Preciso”, padre Carlos Kleina e sua “Bandeira do Divino Espírito Santo”.

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2883

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço a Rogério Mainardes, Diretor de Marketing Corporativo da - RPC - Rede Paranaense de Comunicação, Rua Mamoré, 753 - Mercês, CEP: 80.810-080, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante

mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a "Orquestra Paranaense de Violas", "William e Renan", "Os Metralhas", "Banda Innexus", "Banda Katmandu", "Irmã Inês e seus Rappers", "Coral Asa Branca de Paranaguá", "Balé do Centro Espanhol do Paraná", "Grupo Folclórico Italiano Garibaldi", "Grupo Ucraniano Poltava", "Banda da Polícia Militar do Paraná", "Grupo Germânico do Clube Concórdia", "Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark", "Grupo Folclórico Anima Dante", "Banda Hangar 18", "Banda Le Figarô", "Banda Lyra Curitiba", "Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda "Evangélizar é Preciso", padre Carlos Kleina e sua "Bandeira do Divino Espírito Santo".

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o

Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2884

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Diretoria, equipe de funcionários e acionistas do Banco Bradesco, Rua Mal. Deodoro, 170 - 4ª andar, CEP: 81.010-100, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a “Orquestra Paranaense de Violas”, “William e Renan”, “Os Metralhas”, “Banda Innexus”, “Banda Katmandu”, “Irmã Inês e seus Rappers”, “Coral Asa Branca de Paranaguá”, “Balé do Centro Espanhol do Paraná”, “Grupo Folclórico Italiano Garibaldi”, “Grupo Ucraniano Poltava”, “Banda da Polícia Militar do Paraná”, “Grupo Germânico do Clube Concórdia”, “Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark”, “Grupo Folclórico Anima Dante”, “Banda Hangar 18”, “Banda Le Figarô”, “Banda Lyra Curitiba”, “Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda “Evangelizar é Preciso”, padre Carlos Kleina e sua “Bandeira do Divino Espírito Santo”.

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2885

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Mitra da Arquidiocese de Curitiba e equipe de funcionários, Rua Jaime Reis, 369, CEP: 80.510-010, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o

conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a “Orquestra Paranaense de Violas”, “William e Renan”, “Os Metralhas”, “Banda Innexus”, “Banda Katmandu”, “Irmã Inês e seus Rappers”, “Coral Asa Branca de Paranaguá”, “Balé do Centro Espanhol do Paraná”, “Grupo Folclórico Italiano Garibaldi”, “Grupo Ucraniano Poltava”, “Banda da Polícia Militar do Paraná”, “Grupo Germânico do Clube Concórdia”, “Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark”, “Grupo Folclórico Anima Dante”, “Banda Hangar 18”, “Banda Le Figarô”, “Banda Lyra Curitiba”, “Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda “Evangelizar é Preciso”, padre Carlos Kleina e sua “Bandeira do Divino Espírito Santo”.

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2886

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Diretoria e equipe de funcionários da “Cattalini” - Granéis Líquido Ltda, Avenida Cel. Santa Rita, 2677, CEP: 83.221-675 - Paranaguá-PR, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pelo Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a “Orquestra Paranaense de Violas”, “William e Renan”, “Os Metralhas”, “Banda Innexus”, “Banda Katmandu”, “Irmã

Inês e seus Rappers”, “Coral Asa Branca de Paranaguá”, “Balé do Centro Espanhol do Paraná”, “Grupo Folclórico Italiano Garibaldi”, “Grupo Ucraniano Poltava”, “Banda da Polícia Militar do Paraná”, “Grupo Germânico do Clube Concórdia”, “Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark”, “Grupo Folclórico Anima Dante”, “Banda Hangar 18”, “Banda Le Figarô”, “Banda Lyra Curitiba”, “Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda “Evangelizar é Preciso”, padre Carlos Kleina e sua “Bandeira do Divino Espírito Santo”.

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Miguel de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ângelo Marcelo Caldarelli.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Marli Vicente Batista.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2895

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Nelson Prevedello Júnior por relevantes serviços prestados ao nosso Estado, principalmente ao Município de Almirante Tamandaré. Destaca-se pelo atendimento de qualidade que proporciona aos seus pacientes.

Nascido em 24 de setembro de 1.948 em Curitiba-PR, é formado em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. Especializou-se em Clínica Geral e Geriatria. É casado com a Dra. Sônia Maria Costa Prevedello, natural de São Paulo, médica pediatra e homeopata, formada também pela PUC-PR. Do matrimônio nasceram seus 03 (três) filhos: Flávia, Gustavo e Fernanda, que exercem as profissões de médica, dentista e advogada, respectivamente. Da união de seus filhos, ganhou dois outros filhos, ou seja, a nora Gilian, dentista e o genro Estevão, advogado.

O Dr. Nelson é um pai e profissional de extremada dedicação e um exemplo para todos, especialmente para sua família, que também segue seus passos e a tradição da Medicina. Exerce sua profissão com dignidade e consciência, primando pelos princípios morais, de bondade e dedicação plena. É um profissional que ama o que faz, de coração generoso e simples, e que ampara todos os pacientes que o procuram, com competência e humildade. Salvar vidas é a sua missão e seu ideal.

Trabalha atualmente no Município de Almirante Tamandaré-PR, porém morou durante 28 anos no interior do Estado de Santa Catarina, na cidade São Lourenço d'Oeste. Seus familiares são de Curitiba, motivo que o levou a retornar ao nosso Estado.

Torcedor fanático do Coritiba Futebol Clube, gosta de cinema, principalmente filmes antigos. Aprecia a leitura e igualmente uma boa mesa, em especial o churrasco. Por ser caseiro, gosta das reuniões familiares.

Detentor de uma intuição extremamente elevada, sabe, com muita propriedade, mas principalmente com muita humildade, amor, confiança e carinho, tratar seus pacientes, indistintamente. Conquistou admiração e reconhecimento de toda a comunidade.

Pelo seu excelente desempenho profissional e humano, queremos, por meio deste voto de louvor, registrar nos Anais desta Colenda Casa de Leis, nosso sinceros cumprimentos e agradecimentos.

Os votos são extensivos aos demais Pares, consignando-se em Ata o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Carlos Narayoro Yamakawa (Gerente da Auto Peças Alvorada/Ahú), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao casal Almir e Geni Barrionuevo, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2878

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde do ofício anexo, onde o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba agradece a doação de monitor de sinais vitais para aquele venerável e antigo Hospital de Caridade.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2880

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. determine à Copel, a extensão da rede elétrica e de iluminação pública na Rua Luiz Leduc, no bairro da Vista Alegre, junto ao Parque Tingüi, defronte ao Memorial Ucraniano e ao vale do Rio Barigüi.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governador do Estado, notável pelo seu Programa "Luz Fraterna", pode e deve proporcionar igualdade de serviços para todos os cidadãos.

Não há por que, num bairro da Capital, serem privados os moradores do acesso à luz elétrica e à iluminação pública, fatores de segurança e conforto.

Entre as casas de números 834 a 1000 não existe rede pública na Rua Luiz Leduc.

É de justiça, e, não sem tempo, que seja feita.
Encaminhe-se cópia deste requerimento ao Sr. Sandro Claret de Lima, à Rua Luiz Leduc, 834, CEP:82.100-010 - Curitiba-PR. Tel. (41) 3338-4150.

REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Belo Horizonte, do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Belo Horizonte, do Município de Medianeira, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos, protegendo-os dessa forma do forte calor que é comum na região, e na ocorrência de chuvas.

REQUERIMENTO Nº 2889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Vital Brasil, do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Vital Brasil, do Município de Maringá, que atende cerca de 1.000 alunos, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos, protegendo-os dessa forma do forte calor que é comum na região, e na ocorrência de chuvas.

REQUERIMENTO Nº 2888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes da Escola

Estadual professor Francisco Manoel de Lima Camargo, do Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura na quadra de esportes da Escola Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo, do Município de Tijucas do Sul, que atende cerca de 1.000 alunos, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos.

REQUERIMENTO Nº 2890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Iara Bergman, desta Capital.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Iara Bergman, desta Capital, atende cerca de 2.250 alunos, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos.

REQUERIMENTO Nº 2854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Heinz Herwig, encaminhando cópia de documento da Prefeitura de Jaguapitã, referente à contratação de Serviços de Consultoria Contábil, Administrativa e Política entre o Município e empresa privada.

O expediente deve solicitar, do colendo Tribunal, análise quanto à legalidade do ato da contratação adotado pela Prefeitura, a fim de preservar o Município de quaisquer eventuais ressarcimentos futuros.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2891

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários de ônibus residentes no

Município de Colombo, que pedem policiamento ostensivo nos terminais de ônibus Capão da Imbuia e Cabral. Há muitos vândalos e assaltantes que ficam perambulando nesses terminais e causando muitos transtornos e medo aos usuários.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos mesmos e proporcionará maior segurança para todos.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2877

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que sugira ao Sr. Governador do Estado, a denominação de Rodovia Deputado Erondy Silvério ao Contorno Norte de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O brilhante Deputado pelo Paraná e Vereador de Curitiba, falecido aos 82 anos, no último domingo, 25 de setembro de 2005. Tem trajetória de vida suficiente para denominar o Contorno Norte de Curitiba.

Menino pobre, acolhido na escola do Asilo São Luiz, tornou-se empresário de sucesso no setor do transporte coletivo, além de ter exercido as presidências desta Assembléia e da Câmara Municipal da Capital do Estado.

Sua lucidez política qualificou-o como admirado conselheiro, de várias gerações de governantes.

Comunique-se a idéia à distinguida família do ex-Presidente desta Assembléia Legislativa, Erondy Silvério, Rua 21 de Abril, 119, Alto da Glória, CEP: 80.060-260-Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 2875

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, moção de reconhecimento ao Prefeito Júlio Bittencourt e ao historiador Jacob Bittencourt de Moraes pela edição do importante livro sobre "Histórias e Mistérios do Sertão do Tibagi."

Registro da História do Norte do Paraná, em especial das cidades de Jataizinho, São Jerônimo da Serra, Assaí, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, Nova Santa Bárbara, todas no vale do grande Tibagi.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito Júlio Bittencourt e ao historiador Júlio Bittencourt de Moraes. Av. Walter Guimarães da Costa, nº 512, CEP: 86.250-000.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Merece o reconhecimento da Assembléia, e a inserção nos Anais da nossa História, o belo livro, grandiosa pesquisa, referencial raro para a estante paranaense sobre o Norte do nosso querido Estado. memória insígne do grande Barão de Antonina, da colônia militar de Jathay,

pouso dos voluntários da Pátria a caminho - ou na volta - da guerra do Paraguai, e do lendário aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde foi Pastor Frei Timóteo.

Memória também deste grande rio, que teve missões jesuíticas às suas margens, filtra suas águas em diamantes adormecidos entre os cascalhos e os lajeados, e banha as terras mais generosas do mundo, antes de morrer no grande Rio Paraná - que nos empresta seu nome.

REQUERIMENTO Nº 2856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Coluna Opinião, do jornal Folha de Londrina, distribuída no dia 25/09/2005.

Requer ainda que seja dado ciência ao Chefe de Redação da Folha de Londrina, Sr. Oswaldo Petrin, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 582/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristo - ABEC, com sede e foro no Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristo - ABEC, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon, neste Estado. A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, com finalidades de natureza educacional, cultural e assistencial.

Considerando os nobres objetivos da entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 583/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente "Meu Canti-

nho”, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio Agrícola à Criança e ao Adolescente “Meu Cantinho”, trata-se de uma entidade de assistência social, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Presta atendimento, em regime de internato, a crianças e adolescentes de 07 a 14 anos que são encaminhados pelo Conselho Tutelar, os quais estão em situação de risco pessoal e social, colaborando na integração social através da educação, re-educação, formação e aperfeiçoamento profissional e capacitando a criança e o adolescente a resolver problemas práticos da vida diária, levando-as a viver satisfatoriamente em sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 584/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação “F. Nadar”, com sede e foro no Município de Colombo/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação “F. Nadar”, CGC/CNPJ nº 05.277.831/0001-29 tem sua sede na Rua Pedro Pavin, 959, no Centro de Colombo/PR. É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários à coletividade onde atua. Abrange especialmente a população de baixa renda, desde a disputa de campeonatos regionais, estaduais, sub brasileiro e internacionais nas categorias mirim a sênior (classificados conforme a Confederação de Desportos Aquáticos).

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 585/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos o desenvolvimento de ações no Município de Ponta Grossa com distribuição de cestas básicas; acompanhamento ao tratamento; visitas domiciliares, orientação à população sobre as formas de prevenção, controle e tratamento das doenças transmissíveis; mostrar prognósticos e diagnósticos médicos atinentes às doenças transmissíveis; garantir o atendimento o acesso aos serviços pela população.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade do Município, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos Poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 586/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada a Rodovia PR-512, de Rodovia da Maçã.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo atender a pedido da comunidade local, que clama pela denominação dessa rodovia, conforme abaixo assinado e plantas anexos.

Essa rodovia faz a ligação das localidades de Mariental e Balsa Nova. São aproximadamente vinte quilômetros utilizados para o escoamento da produção da maçã produzida na região. Trata-se de um dos setores da economia que tem em muito engrandecido o nome do Paraná pela qualidade do produto.

A exemplo de outras rodovias paranaenses que foram denominadas desta forma, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 587/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Esperança tem como objetivo ser um instrumento de expressão da luta, da conquista e da garantia de plenos direitos humanos dos travestis, transexuais, transformistas e outros segmentos igualmente discriminados, estimular e desenvolver atividades de promoção humana, social, cultural e educacionais, independente de nacionalidade, raça, cor, estado civil, convicção política, orientação sexual ou credo de sua população alvo.

PROJETO DE LEI Nº 588/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no Município de Jataizinho, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que objetiva a valorização da pessoa humana.

Tem como finalidade melhorar a condição de vida da população vulnerável, por meio de ações voluntárias; incentivar a comunidade para uma participação voluntária, dentro do processo de desenvolvimento social; organizar a ação do Voluntariado para a melhoria dos serviços sociais; promover o ser humano, o meio em que vive e sua qualidade de vida, e atuar, em caráter emergencial e assistencial, em uma situação social.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequentemente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 589/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei institui a Política Paranaense de Inclusão Digital, a ser instituída mediante a adoção seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão paranaense o pleno exercício do direito de acesso e uso de computadores com acesso à internet;

II - computador e internet são meios de difusão de cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar, apoiar e ampliar a difusão, a distribuição e a comercialização de equipamentos de informática;

IV - promover e incentivar o uso de tecnologia digitais como forma de facilitar a pesquisa em geral;

V - apoiar o livre acesso aos computadores e à internet em todo o Estado;

VI - capacitar a população para uso dos equipamentos de informática como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

VII - instalar e ampliar em todo Estado, pontos de venda e bibliotecas equipadas com computadores.

Art. 2º Consideram-se equipamentos de informática, para efeitos desta lei, computadores que permitem pesquisas avançadas através da internet, bem como a utilização de programas que sejam úteis para a sociedade paranaense como um todo.

Art. 3º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para equipar bibliotecas e outros centros de cultura com computadores e internet, por meio de criação de linhas de créditos específicas.

Parágrafo Único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização dos equipamentos de informática que sejam de responsabilidade do Estado.

Art. 4º É permitida a formação de um fundo de provisão para eventuais reparos que devem ser efetuados nos equipamentos de informática que trata esta lei.

Art. 5º Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos que permitam o acesso aos equipamentos de informática, bem como incentivar, ampliar e implementar, isoladamente ou mediante a colaboração de particular, as seguintes ações em âmbito estadual:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo a utilização de computadores, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e à consolidação da utilização de computadores, mediante:

- a) revisão e ampliação do processo de alfabetização;
- b) introdução de aulas de informática nas escolas;

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação dos pontos de venda no Estado, podendo ser ouvidas as Administrações Municipais competentes.

Art. 7º O Estado e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas e outros centros de cultura para manutenção de equipamentos que trata esta lei.

Art. 8º A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema de inclusão digital paranaense será feita por meio do Fundo Estadual de Inclusão Digital, cuja criação fica autorizada ao Poder Executivo.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembleia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como causa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

1. STF. Pleno, ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

O presente projeto visa permitir a todos os cidadãos paranaenses o acesso aos meios tecnológicos, tais como computadores e internet. Viabilizar tais meios tem por objetivo dar condições para que as famílias de baixa renda tenham acesso às informações, além de disponibilizar o conhecimento de novas tecnologias. Dessa forma, dá-se oportunidades para os paranaenses que não apresentem condições, financeiras suficientes para possuir os equipamentos de informática, de desfrutar das vantagens que estes meios são capazes de favorecer.

Permitir o uso livre dos equipamentos de informática por parte de todas as pessoas do Estado implica em um processo de democratização da cultura, pois a informatização também garante a educação. E a educação é direito de todos e garantia de uma vida melhor.

PROJETO DE LEI Nº 590/2005 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à Prefeitura Municipal de Mandaguari, de imóvel pertencente ao patrimônio do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, com área total de 24.200 m², Lote de Terras sob nº 121, registrado no cartório de imóveis da Comarca de Mandaguari, matrícula nº 1.183, Livro nº 2.

Art. 2º A área será destinada à construção de casas populares.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel pertencente ao patrimônio do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, com área total de 24.200 m² (metros quadrados), Lote de Terras sob nº 121, registrado no cartório de imóveis da Comarca de Mandaguari, matrícula nº 1.183, Livro nº 2.

O referido imóvel encontra-se em total abandono há mais de três anos. Esta área seria destinada, à manutenção de viveiro mantido pelo IAP; esta área será destinada à construção de casas populares.

Cabe ressaltar que esta é uma área central do Município, que se encontra em total abandono, sujeita à invasão e deteriorização do patrimônio público. Ainda conforme levantamento feito por técnico agrícola da Prefeitura Municipal, só existem árvores sem expressiva importância de preservação, porém a sua manutenção pode ser subsidiada em boa parte do terreno, pois a área em questão é muito grande, tendo espaço para a construção das referidas casas e ainda a manutenção de uma área verde, de preservação permanente.

Ainda, no local existe uma casa de madeira com 60 m, em péssimo estado de conservação que conforme nos foi informado por um funcionário do Corpo de Bombeiros corre até o risco de incendiar.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 591/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à Prefeitura Municipal de Mandaguari, de imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná - DER (Departamento de Estradas e Rodagem), com área total de 28.325 m, registrado no cartório de imóveis da Comarca de Mandaguari, matrícula nº 12.728, às folhas 65, do Livro nº 3-L.

Art. 2º A área será destinada exclusivamente à criação de um Parque Municipal Ecológico, chamado "Parque da Pedreira".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel registrado sob a matrícula nº 12.728, as folhas 65 do Livro nº 3-L no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari, com área total de 28.325 m. O referido imóvel era onde se localizava uma pedreira de utilização do DER, que se encontra há mais de 20 anos desativada, e há mais ou menos dez anos, foi criado o já conhecido no Município "Parque da Pedreira", área destinada ao lazer da comunidade do Município, e a Prefeitura pretende fazer uma ampliação desta área de lazer, construindo quadras poliesportivas e ainda fazendo a recuperação da área que se encontra totalmente degradada pela exploração da pedreira, área esta que será remodelada e reflorestada para resguardar uma melhor condição de vida da população e ainda, recuperar o meio ambiente no local, evitando erosões e uma maior degradação pelo abandono.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 592/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Progesi - Projeto de Gestante e Infância, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Progesi - Projeto de Gestante e Infância, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida para gestantes e seus filhos, contribuindo com o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos hoje recebendo a visita do Deputado Raul Jungmann, do PPS. Por solicitação do Líder do PPS, vamos dar o horário desta liderança ao nobre Deputado.

Como o Deputado Raul Jungmann tem que voltar a Brasília ainda no começo da tarde, vamos inverter a pauta e já conceder a palavra ao nobre Deputado Federal, que temos orgulho de receber nesta Casa hoje.

***Liderança do PPS: Deputado Federal
Raul Jungmann***

O SR. RAUL JUNGMAN

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Evidentemente há um misto de prazer e honra ao falar aqui, desta tribuna, com os senhores representantes do povo do nosso querido Estado do Paraná. O motivo que nos trouxe mais uma vez a Curitiba, diz respeito ao referendo que vamos ter no próximo dia 23 de outubro, quando o eleitorado brasileiro vai ser chamado a se posicionar a favor ou contra o comércio de armas e munição em todo Brasil.

Quero dizer, Sr. Presidente, que lutamos praticamente todos os dias no último ano para que pudéssemos realizar esse referendo. Entendemos que a redução ou as restrições à utilização de armas é um fator da maior importância, Srs. Deputados, para que tenhamos uma redução na violência e obviamente nos homicídios por armas de fogo. Acredito que os Srs. Deputados e a Mesa Diretora têm conhecimento de que o Brasil é o recordista mundial em homicídios por arma de fogo. Acredito também que seja do conhecimento das senhoras e dos senhores, que hoje na faixa dos 15 aos 24 anos, os jovens do sexo masculino no Brasil estão morrendo duas vezes mais por arma de fogo do que por qualquer doença ou causa natural. Entretanto, ouvimos o tempo inteiro - não vou tomar muito tempo dos Srs. deputados; quero apenas a oportunidade de poder rebater algumas argumentações que são equivocadas e que estão tendo livre curso, não só aqui no Paraná, mas também em outros lugares. A primeira argumentação é a seguinte: o referendo irá desarmar os homens de bem e vai manter armados os

bandidos. Isso é dito a toda hora, e estou aqui para dizer e comprovar que não é verdade. Queremos desarmar, sim, os homens de bem, porque é preciso lembrar que aproximadamente 60% dos homicídios são cometidos, Presidente, no fim de semana, sexta, sábado e domingo, e eles são cometidos por motivos fúteis, são homicídios em larga medida e motivados por brigas de trânsito, bebida, conflito de marido e mulher, conflito de vizinhança. Isso não é como usualmente se costuma dizer, uma batalha entre bandidos e mocinhos, ou, se quiser, homens e mulheres de bem.

Então, é preciso desarmar essa violência. E o que dizer dos bandidos, Presidente? A toda hora ouvimos que só estamos preocupados com o armamento dos homens de bem.

O que eu tenho a dizer é o seguinte: nós, que somos a favor do SIM é que fizemos o Estatuto do Desarmamento. Eles eram contra! Quem é a favor do armamento foi contra o Estatuto do Desarmamento. Eles eram contra! Quem é a favor do armamento foi contra o Estatuto do Desarmamento, que, ao tornar inafiançável o porte ilegal de armas, está botando bandido na cadeia! O Estatuto do Desarmamento, repito, que os que hoje vivem dizendo que estão preocupados com o direito de legítima defesa, o que é cínico, porque não foram favoráveis ao Estatuto do Desarmamento, que torna inafiançável, que determina de dois a quatro anos de cadeia, que possibilita a qualquer bandido, quando preso com arma, ficar no “xadrez”.

Por que não dizem isso? Eram contra e o eram porque estavam do lado do comércio e da produção de armas e hoje vêm, Sr. Presidente, defender a legítima defesa! Também não foram favoráveis à Campanha do Desarmamento que já recolheu quase meio milhão de armas. Foram contra!

Então, que fique bem claro e aqui seja consignado, antes de me despedir, que nós somos, sim, a favor do desarmamento dos homens de bem, mas que somos também os autores da legislação que possibilitou que as Polícias Militar e Civil deixassem bandidos na cadeia, inafiançavelmente.

Não me venham dizer, tampouco, que um homem portando arma, melhora as suas condições de defesa, porque isso também não é verdade. Quem tem uma arma em casa, tem que tê-la acessível para reagir a um possível assalto e essa arma ficará acessível à criança curiosa, ao adolescente, tantas vezes atrevido, à mulher humilhada, ao homem que, infelizmente, pode ser sentir traído. Arma em casa ameaça muito mais nossos familiares do que eventuais bandidos. E o que dizer, Presidente, de portar arma na cintura ou colocar arma dentro do carro? Senhores, senhores, vamos ver as estatísticas! Quem reage a assalto armado, à mão armada, tem 180 vezes mais chances de morrer do que quem não reage.

Sem sombra de dúvida temos problemas e problemas graves no que diz respeito à segurança pública; é inegável. Entretanto, daí não se segue que é através do

armamento individual que vamos resolver um problema coletivo. Não vamos resolver, porque é ilusório. A defesa, a segurança é tarefa prioritária do Estado e não será através do auto-armamento que vamos resolver os nossos problemas.

Temos problemas graves! Temos problemas relacionados à nossa má distribuição de renda, falta de educação e saúde, mas me despeço, Sr. Presidente, concluindo, afirmando o seguinte: se a saída fosse o armamento, Presidente, por que não pró-bala para a classe média? Armar toda a classe média é a saída! Quem defende o armamento, pelo menos seja absolutamente radical na sua defesa. Vamos armar toda a classe média! Vamos subsidiar armas e munições para a classe média; é a saída! E se fazemos em relação à classe média, vamos fazê-la, também, em relação ao povo, vamos criar o pró-bala e distribuir armas e munições para todos. E aí! Estaremos mais armados? Estaremos mais felizes? Estaremos mais seguros? Claro que não!

A saída do problema que é coletivo, que é sério, que é grave, que é republicano, é o problema da segurança. Não vai se resolver individualmente. Vai se resolver, Sr. Presidente, através do estado de direito, através desse movimento cívico a favor da vida e da paz. Vai se resolver através da reforma, do sistema de segurança, do sistema prisional e, sobretudo, da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, agradeço por ser aqui recebido. Peço sobretudo, desculpas pela paixão com que me posicionei, mas é que acredito que estamos aqui em defesa da vida, que é um valor assim como a paz, e, isso é motivo, pelo menos para nós, de muita paixão.

Muito obrigado a todos que nos ouviram, pela atenção, e mais uma vez, quero testemunhar a minha felicidade de aqui me encontrar, em Curitiba, com o povo do Paraná, que tanto queremos bem, que tanto amamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dando normalidade ao nosso Expediente de hoje, Pela Ordem, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Lamentamos a pressa e o compromisso do Deputado Raul Jungmann, em não pode ficar. Até para que pudesse ouvir o outro lado e não aquele que ele, de forma prosaica, vem defender nesta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, inscrevo-me no Pequeno Expediente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os espaços estão ocupados, nobre Deputado. V. Exa. poderá ocupar o Horário da Liderança do seu Partido.

Pela ordem de inscrição, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Com a aquiescência do nosso Líder, então ocupo o Horário da Liderança do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria de dizer aqui, em meu nome e em nome da Liderança do PDT, que recebemos aqui com muita satisfação o Deputado Raul Jungmann. Ele que é um dos coordenadores aqui, pelo SIM ao desarmamento.

Entrar na polêmica, acho que seria indelicado desta Casa, que sempre recebe bem a todos. Podemos marcar debates, inclusive, ou discutir aqui, mas seria até indelicadeza nossa dizer que é prosaico, ou qualquer outro tipo de conotação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Questão de Ordem pedida por V. Exa. não se justifica, e concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Só fiz a colocação.

Por que a do Deputado José Maria se justifica?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, dentro do horário que V. Exa. vai usar na tribuna, poderia fazer esse comentário.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, no Pequeno Expediente de hoje, para somar-me ao povo do Paraná e, sobretudo, aos nobres colegas desta Casa, com o voto de pesar, do luto que o povo do Paraná vive, pelo passamento do ex-Deputado Erondy Silvério, ex-Presidente desta Casa, Parlamentar que na nossa opinião era um dos mais experientes, na época. E para quem presta atenção, em homenagem ao Erondy, ainda em vida, sempre procurei ocupar exatamente a cadeira que ele ocupava.

Porque nada, Deputado José Maria, passava pelo plenário da Casa, pela Ordem do Dia, pelas Comissões Internas da Casa, sem que o ex e falecido Erondy Silvério não tivesse pleno conhecimento. Era um Parlamentar dos mais experimentados, um Parlamentar com vocação popular. Trabalhava pelos municípios, municipalista era,

como poucos. Portanto, o Paraná perde um dos seus homens públicos que deixa uma história muito bonita no nosso Estado.

Sem muitas delongas, aos 82 anos se foi, certamente para um espaço iluminado por Deus e acolhido por Ele, porque trabalhou da 6ª até a 12ª legislaturas desta Casa com muita honradez, competência e, sobretudo, vocação e amor à vida pública. O nosso voto de profundo pesar à família Silvério, aos seus filhos, parentes e amigos, que certamente ao receber a notícia, muitos ex-eleitores de Erondy Silvério choraram. Eu mesmo fui testemunha, em Pinhais, quando num encontro de amigos, uma senhora quando soube começou a chorar.

A esse homem devo muito. Irei na madrugada acompanhar o seu velório, porque o conheci, sei de quem se trata; era um grande homem público.

Sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, V. Exa. certamente irá decretar luto oficial, porque o Deputado Erondy Silvério merece a nossa lembrança, a nossa oração e a nossa crença que Deus possa acolhê-lo no melhor lugar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Partido da Frente Liberal vai aqui fazer uma saudação ao Deputado Erondy Silvério, falecido sábado, e no Horário da Liderança, vamos aqui fazer essa manifestação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesse final de semana tivemos na cidade de Ponta Grossa uma operação da Polícia Militar. Depois de vários discursos, manifestações feitas pelos segmentos produtivos de Ponta Grossa, vimos aportar naquele município uma mega operação da Polícia Militar, chamada “Ponta Grossa Segura”, que trouxe 150 policiais de outros batalhões para aquela cidade. E neste final de semana quatrocentos policiais estiveram nas ruas: representantes da Polícia Rodoviária, Pelotão da Polícia de Trânsito, pessoal do policiamento rotineiro.

Pasme, Sr. Presidente! Ao chegar na cidade de Ponta Grossa, essa mega operação anuncia em todos os meios de comunicação a ação que iria ser feita nos bairros da cidade! E mais, desfilaram na Avenida Vicente Machado, avenida principal daquela cidade como em outras ruas importantes do nosso Município, com uma fila de mais de trinta veículos da Polícia! Só faltou o foguetório para avisar que uma mega operação lá iria acontecer!

O que é que aconteceu, quando eles saíram às ruas? Os bandidos, os traficantes, os chefes de quadrilha, já tinham se mandado da cidade de Ponta Grossa e se esconderam em outro lugar, porque depois da defesa e do anúncio feito, vergonhosamente, Sr. Presidente, os policiais saíram às ruas.

Não é possível, é uma brincadeira, está tudo isso anunciado nos jornais de Ponta Grossa. Aqui tem uma foto com uma fila de carros que não dá para ver o fim, é carro da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, enfim, mobilizou-se centenas de viaturas para que se pudesse fazer essa ação na Cidade de Ponta Grossa!

Agora aqui eu quero dizer: acorda Requião, acorda, Secretário da Segurança Pública, o que nós queremos são essas viaturas lá na cidade, não periodicamente, um, dois, três, quatro dias; o Batalhão precisa de estrutura, precisa de mais viaturas, precisa de mais policiais, para que essa operação que fizeram neste final de semana seja uma operação contínua, naquele Município! É só isso que Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais pedem!

Cumpriram alguns mandados de prisão que o Poder Judiciário tinha expedido, prenderam lá em torno de quinze a vinte ladrões de galinhas, que foram aqueles que ficaram na Cidade de Ponta Grossa. E pasmem, não tiveram aonde colocar; colocaram no cadeia de Ponta Grossa, e começou lá uma rebelião, porque o cadeia está superlotado, é um local que está apropriado para um pouco mais de cem pessoas detidas, e tem mais de duzentas pessoas presas no cadeia Hidelbrando de Souza! Então, o que nós temos que fazer?

Sr. Governador, Sr. Secretário, o que nós queremos é um contingente de policiais como este que foi colocado nessa ação no final de semana em Ponta Grossa! Nós precisamos de viaturas, queremos viaturas, para que a Polícia possa trabalhar, possa cumprir os mandatos judiciais, possa colocar os bandidos na cadeia, e lá na cadeia, que eles fiquem, porque eles foram presos!

Então, quero aqui deixar o alerta, a mega operação é bem-vinda, mas é bem-vinda quando é realmente para ser utilizada para fazer frente à criminalidade que não pára de crescer no nosso Estado do Paraná, e não da forma como fizeram, chegaram anunciando que viriam, chegaram fazendo passeatas e carreatas pelas ruas das cidades de Ponta Grossa, e o que nós vimos foi os bandidos fugirem, os traficantes fugirem, e só os pequenos ladrões, pequenos criminosos, como dizem, ladrões de galinhas lá foram presos, e sem ter uma estrutura maior para poder encaminhar esses presos ao local correto e definido.

Passa a usar o horário a Liderança do PFL

Eu quero aqui falar um pouco do Deputado Erondy Silvério, nosso companheiro. Aqui estive no exercício do

mandato junto com ele, onde por quatro anos convivemos nesta Casa. Uma pessoa de posição firme, posição coerente com relação às causas aqui discutidas em defesa dos interesses da população do nosso Estado do Paraná. E a ele, nós, do Partido da Frente Liberal, queremos fazer uma homenagem.

E quero só lembrar, Sr. Presidente, que no sábado, no período da manhã, eu estava me deslocando para a cidade de Ponta Grossa, e no momento que eu ligava a Rádio CBN, Deputado Dobrandino, ele estava participando de um debate sobre segurança pública, aonde vários representantes de segmentos ali estavam conversando, e ele, Deputado Erondy Silvério, era uma das pessoas que estava dando a sua opinião, pela larga experiência que ele tinha vivido no período que participou da política no Estado do Paraná, e a última pergunta que fizeram a ele foi: “Deputado Erondy, qual é o conselho que o senhor dá às pessoas que vivem no Paraná e que são assombradas por essa crescente violência que existe no nosso Estado?” E ele virou e disse: “Olha, eu sou um empresário, sou proprietário de várias empresas e uma das maneiras que tenho para me defender da criminalidade é andar com o meu fusquinha antigo, porque desta forma ninguém se preocupa em me assaltar nas ruas da Capital do Estado.”

Esta foi a última posição que ouvi dele, e por incrível que pareça foi no último sábado e essa lembrança vou levar do nosso amigo Deputado Erondy Silvério que muito representou esta Casa, na frente da CCJ, como Presidente e também na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Salve o nosso amigo que se foi no último sábado e que muitas saudades vai deixar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A homenagem ao ex-Deputado Erondy Silvério será feita posteriormente, em nosso nome e em nome do PSB, pelo Deputado José Domingos Scarpellini.

Subo à tribuna na tarde de hoje para dizer que a ameaça do setembro vermelho se concretizou no Estado do Paraná. Não no que diz respeito as invasões anunciadas pelo MST, mas ao alerta vermelho de vergonha na agricultura do Estado do Paraná. (**Lê**):

Alerta vermelho, de vergonha, para agricultura paranaense.

Os produtores paranaenses ano após ano, vêm acumulando desilusões com sua atividade, estão vermelhos de raiva e vergonha com a política agrícola do nosso país. Historicamente, quando há produção não há preço, quando há preço as condições climáticas não ajudam e a

produção mal cobre os custos do plantio, e quando conseguem um raro ano de bonança, aproveitam para fazer investimentos em maquinários e na própria atividade. Afinal, aprenderam a ganhar dinheiro produzindo e investindo na agricultura.

Definitivamente agora a paciência do setor produtivo chegou ao limite. Os agricultores têm motivos de sobra para estarem desiludidos e abandonarem a produção. Afinal de contas, ficam escravizados por uma política econômica e agrícola que privilegia a especulação e importação em detrimento de quem há anos garantia as balanças comerciais brasileiras, e com certeza, se o Governo não garantir o preço mínimo de R\$ 24,00 que foi pactuado antes do plantio no ano que vem, pouquíssimos, ou nenhum agricultor, plantarão trigo.

As conseqüências serão catastróficas à população brasileira, que precisará comer, e quem garante que o trigo importado continuará entrando no País com subsídio e financiamento no ano que vem? Quem garante que o dólar continuará nesta cotação tão comemorada, como se desconhecêssemos as conseqüências desta cotação para a agricultura e exportações brasileiras?

Não é preciso “nem tirar o traseiro das cadeiras almofadadas” para saber que a falência ronda a agricultura. Afinal, não precisa ser “doutor” para entender os números e a realidade enfrentada no campo é aviltante, a arroba do boi há quatro anos era R\$ 56,00 sem descontar o Funrural, hoje é de R\$ 48,00 descontando o Funrural. Naquela época o preço do rolo do arame liso era R\$ 24,00, hoje custa, o mesmo produto, R\$ 230,00. A saca de sal custava R\$ 13,00, hoje custa 32,00; o diesel custava menos de 1 real e hoje, beira R\$ 2,00.

Neste final de semana, milhares de agricultores “tentavam” colher a safra de trigo, tentavam porque em muitos casos a umidade inviabiliza a colheita ou simplesmente condena a safra pela germinação dos grãos na planta. Se os tecnocratas forem ao campo perceberão que o trator e a colhedeira usam óleo diesel e este teve seu preço aumentado desproporcionalmente à capacidade de absorção dos produtores, que confiaram no preço mínimo de compra estipulado pelo Governo Federal e mais uma vez plantara.

Esta Assembléia, por ocasião da isenção de ICMS decretado pelo governo paulista amparou os produtores paranaenses, fazendo com que fosse concedido pelo Governo paranaense, medida compensatória para garantir condições mínimas de comercialização no que diz respeito ao imposto estadual.

É vergonhosa a situação dos triticultores que, além de não verem honrado o preço mínimo do trigo, sequer têm para onde levar, pois alguns cerealistas já estão recusando-se a receber o produto por não haver preço para comercialização. A situação é preocupante, pois esta negligência administrativa, demonstrada pela falta de informações claras também tende a contaminar outras culturas como a do milho, que além de ter o preço em queda livre, o cenário para o final do ano ainda é incerto.

E não há motivo para comemoração da redução de preços, pois os preços não refletem um aumento de produção e sim um desespero de liquidação para fechamento!”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui, na condição de Líder do Partido, fazer a saudação de boas-vindas ao Deputado Luiz Carlos Martins, que retorna às hostes pedetistas, para nossa satisfação e orgulho. Ele, que foi filiado no último sábado, teve abonada a sua ficha de retorno ao PDT, pelo Presidente Estadual do nosso Partido, Senador Osmar Dias. Nossa saudação. Que V. Exa. seja, novamente, bem-vindo ao ninho pedestista.

Quero registrar, Sr. Presidente, na tarde de hoje, uma informação que nos foi passada pelo ex-Deputado desta Casa, Fiori Luiz, de que a Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social denuncia que o Governo Federal está arquitetando mais uma malvadeza contra o povo brasileiro, e desta vez contra os idosos. O plano, que está sendo urdido pelo Governo, visa elevar o tempo de contribuição e a idade mínima da aposentadoria: 70 anos para as mulheres e 75 anos para os homens.

Atenção, senhoras e senhores: se isso for confirmado, ninguém mais se aposenta (as mulheres com menos de 70 anos e os homens antes dos 75 anos). Esta é mais uma pá de terra na cova dos ideais tão propalados, durante a campanha, pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Onde está a defesa dos pobres, dos mais sofridos, dos desvalidos?

Isso significa que o Governo Federal, que tanto criticou o Governo Fernando Henrique Cardoso, que aumentou a idade mínima para aposentadoria proporcional, o faz pior, agora quando está no poder! Ao invés de pensar em uma medida visando conter os gastos públicos, para diminuir a roubalheira, para acabar com gastos supérfluos ou despesas descomunais dos gastos pessoais, para diminuir o desperdício, o superfaturamento, não! O Governo Federal, Deputado Elton Welter, vem para acabar com aqueles que mais necessitam de apoio, aqueles que deram os melhores anos de suas vidas para o progresso do nosso País!

Uma lei dura, uma lei que é, na verdade, um ato de desumanidade contra o pessoal da terceira idade. Inconcebível aceitar esse tipo de notícia!

Esse é o alerta que fazemos, na tarde de hoje. Um governo popular, que se dizia em defesa dos excluídos, vem agora abrir o seu saco de maldades contra as pessoas simples, humildes, que não terão a expectativa de vida, no caso das mulheres de 70 anos, ou, no caso dos homens, de 75 anos!

Não podemos compreender de onde vem tamanha sanha de maldade contra aqueles que mais necessitam, repito, do apoio e da compreensão.

Desde o Brasil Império nós sabemos que maldades são perpetradas contra os desassistidos e contra os humildes. Mas, esta última, se for confirmada a denúncia da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, será realmente a pior de todas, perpetrada por um Governo que nós não esperávamos que realizasse tamanha façanha.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, hoje, para prestar homenagem a dois homens ilustres. Um passou por esta Casa e, ideologicamente, nos conflitamos muito aqui - eu no MDB, ele na ARENA; depois, eu no PMDB e ele no PDS. Foi Deputado eleito em 1966 e, antes de vir para cá, já era Vereador à Câmara Municipal de Curitiba. Erondy Silvério teve uma brilhante carreira política: começou em 66 e encerrou o último mandato nesta Casa, em 1994. Foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, honrando muito este Poder.

Era um homem que não deixava passar nada sem discutir e sem saber o que se estava discutindo, falando, votando ou passando pela Assembléia Legislativa do Paraná. E, em nome do PSB e do meu colega de Bancada, Reni Pereira, rendemos aqui a nossa homenagem ao saudoso Deputado Erondy Silvério.

E outro homem que também quero homenagear hoje, foi um colega de faculdade, o Dr. José de Oliveira Castilho, conhecido Zito, funcionário de carreira do Banestado. Iniciou lá no Banestado, em Rolândia, como Gerente, e veio como Diretor Regional para Maringá, Londrina e depois, como Diretor-Geral do Banestado.

O Zito ou Zitão, como alguns chamavam, uma pessoa de um caráter a toda prova, um homem com uma alma e a sensibilidade que não lhe permitiam ficar sem chorar diante de uma criança maltrapilha ou de alguém que fosse ao Banestado para salvar uma empresa, para salvar um sítio, para salvar um negócio.

Zito nos surpreendeu na semana passada. Em um escritório de advocacia na Nilo Peçanha, tratava, além da sua grande banca como advogado, dos seus negócios como empresário e sócio do bem sucedido empresário do setor sucroalcooleiro, Serafim Meneguel e Luiz Meneguel. O Zito deixa uma lacuna entre aqueles que o conheceram e com tristeza, hoje, estamos aqui falando desse

grande homem que o Paraná, seus amigos e familiares perderam.

Mas, Sr. Presidente, hoje recebemos a visita aqui do Deputado Raul Jugmann, que foi chamado até de prosálico pelas colocações que aqui fez em defesa da vida, em defesa das pessoas que pensam que tendo uma arma estão mais seguras.

Nós temos os dados, as estatísticas que comprovam ao contrário.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente:

Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Grande Expediente na Sessão de hoje para falar sobre o assunto que já foi abordado no início da Sessão de hoje, pelo ilustre Deputado Federal Raul Jugmann, que diz respeito ao referendo que vai acontecer no próximo dia 23 de outubro.

Ora, todos nós sabemos, a sociedade do Brasil inteiro, e do mundo inteiro, sabe que a criminalidade infelizmente tomou conta da sociedade. Agora, o que nos estranha muito é que o Congresso Nacional em 2003, quando aprovou o Estatuto do Desarmamento, no mesmo estatuto e na mesma lei, criou um dispositivo para que os eleitores do Brasil fossem às urnas, através de um referendo, dizer um SIM ou um NÃO, a favor da comercialização de armas no nosso Brasil.

Ora, Sra. Presidente e Srs. Deputados, as estatísticas mostram claramente o aumento constante da criminalidade, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Primeiro, Deputado Dobrandino, o que nós temos que esclarecer à sociedade do Brasil? O que vai se gastar nesse plebiscito? São quase seiscentos milhões de reais! Ora o Governo Federal vai disponibilizar do recurso do Tesouro, 570 milhões de reais para fazer um referendo, e tem no Orçamento deste ano 169 milhões de reais para a segurança pública do nosso Brasil, valor esse gasto muito pouco. A pergunta que fazemos e deixamos para que a sociedade do Paraná e do Brasil inteiro reflitam sobre essa posição. Quando o trânsito no Brasil, através de acidentes de carro ou quando o trânsito no Brasil, há quinze, vinte anos atrás, através de acidentes de motos, quando se fez uma campanha de usar o cinto de segurança e conscientizar o motoqueiro da necessidade de uso do capacete, o Governo não proibiu, não, a comercialização nem de motos e nem de carros! Fez-se uma campanha de como devem se comportar, o motorista e os passageiros.

O Governo fez uma campanha, Sra. Presidente, como o motoqueiro deve se comportar quando ele usa

moto, seja ele o piloto ou o carona, da necessidade do uso de capacete.

Será que o Governo Federal e será que os Parlamentares que defendem a proibição da comercialização da arma, será que este dinheiro não seria mais bem aplicado se nós usássemos 1/3 apenas dele para fazer campanha de esclarecimento, como deve ser usada e onde deve ser guardada uma arma?

Lamento profundamente quando o Deputado Raul Jugmann veio na Sessão, agora, e disse que o número de mortes de jovens dos 18 aos 24 anos com arma de fogo é muito maior do que qualquer outro acidente.

Ora, o Deputado Raul Jugmann aprovou o Estatuto do Desarmamento, ele não pode chegar aqui na Assembléia e nos enganar! O Estatuto diz que só pode comprar armas hoje, no Brasil, um cidadão acima dos 25 anos; vem ele defender exatamente que dos 18 aos 25 anos, não pode comprar arma no mercado!

Quem pode comprar arma no mercado brasileiro hoje, Presidente? O cidadão de bem! E digo sem vacilo e sem medo de errar, porque, qual é a exigência para que um cidadão possa comprar uma arma? Quem pode comprar armas no mercado brasileiro hoje? O cidadão que apresentar atestado de antecedentes criminais fornecido pela Polícia Federal, pela Polícia Estadual seja pela Polícia Militar, exame psicotécnico, de sanidade mental, atestado de residência, endereço que comprove sua função, onde ele trabalha, tem que apresentar certificado que frequentou uma escola de tiro, que ele sabe manusear uma arma!

Ora, Srs. Deputados, o desarmamento já foi votado, está no estatuto do desarmamento! Quantas armas foram comercializadas de janeiro do ano passado até abril deste ano, no Brasil inteiro? Menos de 4.000 armas para pessoas físicas.

E aí fazemos a pergunta, Srs. Deputados, a quem interessa isso? A proibição da comercialização de armas no Brasil? A estatística mostra claramente. Temos os números. Os países que adotaram o desarmamento o índice cresceu cada vez mais! E dizem alguns defensores da proibição das armas que quem usa arma é a elite, não sei quem mais! Ora, Srs. Deputados, as elites e autoridades deste País não usam arma, não, porque eles contratam seguranças. Estes, sim, estão fortemente armados!

Eu espero que as duas frentes parlamentares que existem no nosso Brasil possam, a partir do dia 1º, mostrar o que quer dizer o referendo, o que quer dizer a proibição e a não proibição de armas no nosso Brasil.

O que existe hoje, na verdade, eu respeito a opinião de cada um dos nossos Deputados Estaduais, Federais, porque a democracia exatamente nos facilita isso e nós temos que aceitar a opinião de cada Parlamentar, de cada cidadão. Cabe a cada uma das pessoas que estão envolvidas, tentar convencer os eleitores do nosso Brasil, do nosso Estado, aquilo que pode acontecer com a proibição das armas e aquilo que vai acontecer ou não acontecer, com a não proibição das armas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem compra armas no mercado brasileiro, está claro no Estatuto, são as pessoas de bem! O bandido não compra a sua arma no mercado brasileiro! O bandido, Deputado Marcos Isfer, compra armas do Paraguai! Os marginais assaltantes compram arma no mercado negro! E quem vai desarmá-los? São os defensores da paz, nós, sim, todos que defendem a legítima defesa, são a favor da paz! Nós não queremos violência, não, e não nos entendam errado. Não vem aqui nesta tribuna alguém dizer que nós queremos que o cidadão saia com um revólver na cinta!

O que queremos, sim, é que o cidadão brasileiro possa ter em sua residência uma arma para fazer a sua defesa, porque eu sou testemunha disso, como os senhores também são: o meu apartamento aqui em Curitiba só foi assaltado quando não estava em casa, porque eles sabem o que tenho na minha casa, porque informantes conheciam e conhecem o meu apartamento. Então, qual é o medo do bandido? Não é só a polícia, não! Qual é o medo do assaltante? Não é a polícia, não! O medo do assaltante é chegar numa residência e ser recebido à bala. Mas, a partir do momento que o assaltante, o ladrão do Brasil inteiro souber que não existe mais armas na nossa residência o que é que ele vai fazer? Com a maior facilidade nos assalta, nos leva, estupra nossos filhos. E daí vamos dizer: nós somos pela paz, somos contra a violência.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Parabéns a V. Exa. pelo brilhante pronunciamento. Sou signatário do seu requerimento, e a maioria desta Casa.

Quero dizer-lhe que o ex-Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, quando sua casa foi invadida e ele estava dormindo, ele tirou debaixo do seu travesseiro um revólver e matou o bandido! O nosso - e quero prestar uma homenagem ao falecido Presidente Erondy Silvério, que sábado ao meio-dia, através dos microfones da rádio CBN, estava a debater e várias pessoas devem ter ouvido, porque eu ouvi a participação do Deputado Erondy Silvério defendendo o voto não ao desarmamento.

Sou da mesma opinião que ele e quero prestar esta homenagem, porque ele era um representante desta Casa, foi vereador, grande empresário. A população honesta e trabalhadora vai ficar refém dos bandidos, que vão chegar na nossa casa como chegaram na sua, como chegaram na minha casa. E lá, arrebatam a casa, entram, e se você não tiver uma arma, a sua família, a sua esposa, os seus empregados serão reféns ou serão vítimas de bandidos, de vagabundos, de narcotraficantes! E vem um Deputado Federal aqui defender, lá de Pernambuco, onde se tem maior plantio de maconha do mundo! Por que, que lá eles não acabam com os bandidos e com a maconha, vêm querer vir dar aula, aqui, para nós!

Respeitamos a democracia, é muito bem vindo, mas não venham querer fazer demagogia na nossa Casa!

O nosso povo do interior, nós que os representamos há mais de 30 anos, todo mundo é favorável que se tenha uma arma na nossa propriedade rural.

O nosso trabalhador, como será recebido, se com o armamento que se tem já roubam trator, roubam gado, matam gente, roubam os nossos caminhoneiros? Não existe uma força que os detenha, e sim, o medo de levar um tiro. Aí sim, o dia que abrimos mão - eu não vou abrir nem que passe o referendo, não abrirei mão de ter na minha casa, na minha propriedade uma arma para não ser vítima de um ladrão, de um vagabundo.

Parabéns a V. Exa. O seu pronunciamento tem mais de 33 assinaturas; representa o que pensa o Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Tomei nota de todos que querem aparte, para não cometer injustiça: Deputado Bradock, José Maria, Greca, Rossoni, Ratinho e Dobrandino.

Gostaria que todas as pessoas fossem o mais breve possível, mas, antes, já que o Deputado Antonio Anibelli levantou a questão, quero dizer aos Srs. Deputados que estamos apresentando, no término do nosso pronunciamento, um requerimento que diz o seguinte:

(Lê requerimento nº 2901, publicado no Expediente)

Concedo aparte ao Deputado Mário Bradock.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Deputado Elio Rusch, é com satisfação que eu vejo que V. Exa. tão bem está conduzindo o debate que se inicia sobre o desarmamento da população brasileira.

O que me causa estranheza, é que pessoas que são a favor do desarmamento acham que as pessoas de bem, do lado de cá, contra o desarmamento, são pessoas marginalizadas da lei. Pelo contrário, todas as pessoas que possuem arma registrada, em torno de dois milhões e meio, têm endereço, residência fixa, têm atividade ocupacional fixa, definida, passaram por um teste psicossocial, psicológico, psicotécnico e de aproveitamento no tiro! Isso não quer dizer que essas pessoas saem por aí atirando em alguém.

Quando essas pessoas que ficam apregoando que temos que andar desarmado, que as pessoas têm que estar desarmadas, elas que andem sem segurança armada! Que não venham nesta Casa fazer demagogia, querendo desarmar todo mundo! Eles que andem desarmados, que deixem a casa com a janela aberta, com a placa lá fora: "Bandido, nesta casa não tem arma!", que deixem o carro com chave na ignição e não venham querer impingir aos homens de bem, tirar o direito dos homens de bem de terem sua arma para defender à sua família, a si próprio.

Está lá na Constituição - que é a nossa maior lei - dizendo que temos o direito de legítima defesa! Agora, vir clamar as pessoas de bem, dizendo que são pessoas marginalizadas, não dá para aceitar! Não dá para aceitar isso, e dizer que diminui a criminalidade é outra inver-

dade, é outra mentira! É um grande engodo, é um grande equívoco!

Que devolvam a nossa esperança que esperança virou um pesadelo, o nosso sonho virou um pesadelo há anos atrás, e não venham essas pessoas hoje querer, tirar, pelo menos, sono tranqüilo que temos.

Então, Sr. Deputado, fico muito agradecido, por V. Exa. não ser da área policial, defender essa parte da população e que a população não seja desarmada.

Em 1938 desarmaram a população da Alemanha e deu no que deu.

Espero que não estejam pensando a mesma coisa. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Bradock, na Alemanha em 1939, Hitler falava a seguinte frase: "Pela primeira vez uma Nação civilizada possui controle total de suas armas. Nossas ruas estarão mais seguras e nossa polícia, mais eficiente". O que é que aconteceu logo depois do desarmamento na Alemanha? Vinte milhões de judeus foram exterminados ou cassados!

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Vinte milhões? O senhor está exagerando, Deputado!

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Deputado Elio Rusch retorna com o assunto a esta Casa, com relação ao desarmamento. Não tenha dúvida que todo processo de consulta à sociedade é um processo válido e ajuda a consolidar e a solidificar a democracia.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado José Maria, eu realmente falei vinte milhões.

Na Alemanha, treze milhões de judeus foram cassados e exterminados depois do desarmamento.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

V. Exa. retorna ao assunto, e dia 23 de outubro estaremos frente a frente com mais um dos poucos *referendums* e consultas populares que nós tivemos desse gênero, no País.

Divido a questão em duas:

Nós tivemos na tarde de hoje, o eminente Deputado Raul Jugmann, que fez, à frente do Ministério um grande trabalho do Governo passado, mas hoje ele pecou por duas situações. Primeiro, vem falar de um assunto que é polêmico; falou e foi embora. Depois, agrediu quem tem outro posicionamento.

O Deputado Raul Jugmann diz que aqueles que defendem, eram aqueles que eram contrários ao desarmamento e ao Estatuto do Desarmamento.

Ora! Eu não votei e, quero crer, que 110 milhões de eleitores, das próximas eleições do referendo, não votou no Estatuto, porque ele foi votado no Congresso Nacional. Quem elaborou, como ele acabou de dizer dessa tribuna, que foi um dos responsáveis pela feitura do Estatuto, devia ter mais informação a respeito do que diz o Estatuto.

O Estatuto hoje é um instrumento importante para o controle; não podia continuar como estava. Ele, de forma inteligente, proíbe até os 25 anos a aquisição da arma, até porque entre os 12 e os 24 anos, onde estão as maiores incidências de assassinatos. Mas, não são armas adquiridas no mercado, não são armas que têm nota fiscal, não são armas que têm endereço do seu proprietário; essas, sim, estão no submundo!

Agora tem um site que diz aqui: Os estados que efetivamente, reduziram: Brasil reduziu 8.2, não foi tanto pelo desarmamento, porque os jovens, dessa faixa de idade, continuam, morrendo. Por quê? O tráfico!

Agora, nós não podemos perder o direito da auto-defesa da família e da propriedade, porque tem um cidadão que acha que tem que criar o pró-bala!

Por isso, que foi prosaica, Deputado Barbosa Neto. Porque um Deputado, um Parlamentar que faz um estatuto do nível do desarmamento, sobe aqui na tribuna e vai falar em criar pró-bala, pró-arma. É prosaico, é irresponsável em achar que essa é uma Plenária de Deputados sem senso crítico! Não sou belicista, nunca portei uma arma, mas não posso entender que o Estado me tira o direito e o direito dos brasileiros de fazer a defesa da sua família e do seu patrimônio, sem, entretanto lhe oferecer a segurança para o patrimônio e para a família!

Deputado Elio Rusch, V. Exa. vai ver, na sua região, o cidadão abrir o barracão da fazenda e da propriedade, subir em cima do trator com caminhão para carregá-lo, daí o senhor fala: “desce dele, a propriedade é minha”. Ele fala: “ligue para a polícia”. Ele vai e não tem nem com o cidadão que pagou e às vezes até financiado está, pode fazer a defesa do seu patrimônio!

É por isso que não temos condições. Não é com conversa fácil, com números deturpados, que o site do Ministério da Saúde, como do Senado tem, é só ir buscar, não é a redução; não é a solução. E os 570 milhões dariam para construir algumas escolas profissionalizantes, se nós e esse Deputado que aqui esteve, colocássemos o plebiscito, no dia das eleições do próximo ano. Economizaria 570 milhões, construiríamos 44 penitenciárias e, construiríamos ainda uma boa parcela das nossas escolas.

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quando vejo esse debate sobre o desarmamento aqui na Casa, fico extremamente preocupado, e principalmente preocupado porque vamos ter aí na frente, o plebiscito.

Quero dizer aos nobres senhores que não tenho subsídio e sou Parlamentar suficiente para tomar essa decisão; imagine a população! Se você começar a ler a história do que ocorreu no mundo com o desarmamento, se você ouvir o pronunciamento do Deputado Raul, você tem um outro posicionamento. Imagine a população nesse momento!

Nunca vi nada mais inútil do que esse plebiscito! Uma coisa inoportuna, sem consistência! Aí você vai dizer - mas mataram 27 pessoas em Curitiba e Região Metropolitana neste final de semana, então tem que desarmar todo mundo. Sinceramente, como Parlamentar, como brasileiro, nós políticos temos uma mania do seguinte: não funciona a seguridade social; precisa fazer uma reforma da seguridade social. Não funciona a segurança; precisa fazer um desarmamento. Não funciona não sei o quê, vamos fazer uma reforma! Aí, Brasília tornar-se um mar de lama; precisa fazer a reforma política.

Assusta-me muito quando vejo um Deputado que já foi Ministro, empolgado em fazer a defesa de algo que 70% da população tem dúvida do que é certo ou errado, do que é bom, o que não é bom para a nossa sociedade.

É inoportuno o plebiscito. Quero dizer a V. Exa. que cada dia que se aproxima o plebiscito, mais indeciso ainda fico! Não tiro de V. Exa. o direito de defender a sua posição, não tiro o direito do Deputado Ratinho estar à frente do desarmamento. Cada um tem a sua posição, mas tenho a certeza absoluta de que a dúvida não está entre os políticos; está junto à população brasileira. E a população brasileira vai às urnas desinformada, mal instruída e vai no emocional. Isto vai acontecer no Brasil, e vamos fazer um plebiscito!

Infelizmente, lamento essa atual situação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Só para dizer, bem rapidamente, a quantidade de armas comercializadas no Brasil, para as pessoas físicas: de janeiro de 2004 a abril de 2005, a Taurus comercializou 1396 armas; a CBC, 2124 armas, totalizando 3500 armas no Brasil inteiro.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Elio Rusch, assinei o seu requerimento, menos por uma posição belicista ou a favor de armas e munições, e mais para que se provoque o debate.

A sociedade brasileira tem que se perguntar a quem vem esse plebiscito. Pode até ser uma cortina de fumaça para a crise que se delineia em Brasília. O programa Fantástico, da TV Globo, ontem à noite, mostrou uma estereotipada reportagem da entrada da polícia do Rio de Janeiro no complexo Morro do Alemão. E, nessa reportagem, via-se o tráfico com a patrulha armada andando nas ruas da cidade com muito mais desenvoltura do que pode andar a polícia, via-se um tiroteio, e os donos de uma pastelaria, ou de um botequim se comportando como se o tiroteio não houvesse, porque eles são proibidos de olhar

os traficantes; morre quem olhar o traficante. Depois, via-se o arsenal preso pela polícia na última semana no Rio de Janeiro, metralhadoras de 110 balas usadas na guerra do Afeganistão, 25 bazucas de cano largo, minas de guerra e até uma granada.

A minha pergunta, Deputado Elio Rusch...

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está esgotado o seu tempo, Deputado Rafael Greca.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Só para agradecer, Sra. Presidente, quero pedir desculpas aos Deputados Ratinho, Dobrandino, Scarpellini e Plauto, que pediram também um aparte.

Infelizmente, não consigo dar o aparte a vocês, mas com toda certeza, Deputados, esse é um assunto que vamos abordar por inúmeras vezes: porque na verdade, Deputado Scarpellini, esse é um assunto que deveríamos dedicar uma tarde inteira para que pudéssemos exatamente debater essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está encerrado o seu horário, Deputado Elio Rusch.

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças: PDT. Com a palavra, Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer a todos aqueles que participaram, sábado, de um evento promovido pelo PDT, quando da filiação de inúmeras lideranças do Paraná no nosso Partido.

Quero agradecer a deferência do nosso Líder, Barbosa Neto, para realmente ressaltar esse que foi um encontro importante, que reuniu lideranças políticas, não apenas do PDT, mas de outros Partidos, como foram, companheiros do PFL e também a presença do ilustre Deputado Valdir Rossoni, Presidente do PSDB no Paraná, e ressaltar que inclusive o nosso Deputado Luiz Carlos Martins assinou a ficha, então, junto ao Senador Osmar Dias.

Gostaria de aproveitar essa oportunidade para ressaltar, diante dessa crise, o Deputado Luiz Carlos Martins, que honra o nosso Partido com o seu trabalho, com a sua liderança, e é muito bem-vindo aos quadros do PDT, V. Exa. que tem uma convivência harmoniosa nesta Casa e tem um trabalho extraordinário na nossa Capital e no Estado do Paraná.

Muito obrigado pela sua opção partidária, pelo seu companheirismo e tenha certeza que ficamos muito gratos com a sua filiação. Expresso aqui essa opinião também do nosso Senador Osmar Dias, Presidente da nossa legenda aqui no Paraná.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer - embora o país esteja paralisado, tendo em vista a situação política - comunicar, um projeto importante apresentado pelo Senador Osmar Dias.

É um projeto de emenda constitucional que obriga a União a repassar aos Municípios de todo o Brasil 10% da arrecadação da CPMF, Cide, Cofins, que são contribuições cobradas pelo Governo Federal.

Na oportunidade que apresentou esse projeto, o Senador Osmar Dias fez um pronunciamento no Senado da República falando que o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e também o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios apresentaram dados que são importantes para compreendermos que cada vez mais os municípios e os estados recebem menos e têm funções cada vez mais complexas na área de prestação de serviço pelo Estado. Entende-se o Estado como uma instituição.

Disse o Senador Osmar Dias que o lucro obtido pelos Bancos foi de 12 bilhões de reais no semestre.

E uma manchete do Diário de Maringá dizia o seguinte: "Prefeitos enfrentam queda de 37,93% no Fundo de Participação dos Municípios". A Secretaria do Tesouro Nacional justificou essa queda, porque houve uma restituição maior do Imposto de Renda na terceira semana de setembro.

Entretanto essa queda quebra os municípios porque 80% desses dependem do Fundo de Participação para desenvolver esses trabalhos.

Os municípios com menos de dez mil habitantes têm coeficiente de 0,6 e deixarão de arrecadar 11.253 mil e arrecadarão 6984 mil. Uma queda de 38%. Os municípios de coeficiente 1,2 deixarão de 22.506 mil para 13.969 e estão entre 16 mil a 23 mil habitantes. É uma queda drástica dos municípios na sua arrecadação. E essas contribuições, como a CPMF, por exemplo, que veio para ser um recurso para ajudar a arrecadação na área da saúde, para que pudéssemos ter uma saúde mais eficiente para a população, não foi isso que aconteceu.

Hoje vemos que grande parte desses recursos não são aplicados na saúde. E essa contribuição, que era transitória, continuou, e hoje, praticamente, é um imposto. Ela é permanentemente retirada da população.

A Cide serviria para arrumar as estradas do nosso país. A Cide serviria para que tivéssemos uma aplicação diferenciada daquela que estamos vendo aplicar, e no entanto, Sra. Presidente, vemos que a contribuição acaba sempre sendo desviada do motivo para a qual foi criada!

Acho que este projeto do Senador Osmar Dias é um projeto republicano, de interesse do Brasil. Na medida, Deputado Scarpellini, que beneficia os municí-

pios, estabelece que essas contribuições tenham que ser repassadas também para os Estados e também para os municípios.

Então, gostaria de ressaltar que esse projeto que o Senador Osmar Dias fez é um projeto justo, é um projeto reivindicado por todos os municípios do Brasil, especialmente pelos pequenos municípios do Paraná. Com certeza absoluta, se aprovado, este projeto evitaria essa distorção das contribuições que viraram permanentes no nosso país e que, infelizmente, o Governo Federal não repassa parte desses recursos para os estados e para os municípios.

Então, gostaria de ressaltar este projeto que foi apresentado pelo nosso Senador Osmar Dias, Presidente do PDT do Paraná, e solicitar às notas taquigráficas que incluam esse pronunciamento feito pelo Senador Osmar Dias como parte do nosso pronunciamento, nesta tarde, já que o nosso horário está se esgotando.

Agradeço o horário que V. Exa. me concede, Deputada Arlete, no horário do PDT para ressaltar esse projeto de interesse de todos os municípios do Paraná e do Brasil, apresentado pelo Senador Osmar Dias no Senado da República.

Muito obrigado!

“Pronunciamento do Senador Osmar Dias em defesa da emenda constitucional

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores:

Agradeço, em primeiro lugar, a gentileza do Senador José Jorge por me conceder a oportunidade de aqui estar antes de S. Exa., já que o PDT é menor ainda do que a minoria.

Sr. Presidente, falo em nome dos municípios brasileiros, que estão em situação crítica. Ontem falei do lucro obtido pelos bancos de R\$ 12 bilhões no semestre. Hoje, a manchete de O Diário de Maringá é a seguinte: “Prefeitos enfrentam queda de 37,93% no Fundo de Participação dos Municípios”. E a Secretaria do Tesouro Nacional justifica essa queda dizendo que houve uma restituição maior de Imposto de Renda na terceira semana de setembro. Entretanto, essa queda quebra os Municípios, porque 80% destes - e isso também se refere ao Estado do Paraná - dependem do Fundo de Participação dos Municípios; dependem desses recursos que estão sendo reduzidos de forma drástica.

E recebi do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o Prefeito de Nova Olímpia, Luiz Sorvos, que é do nosso Partido, o PDT, e também do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, dados que são estarrecedores. Os Municípios com menos de dez mil habitantes, Senador Mão Santa, que têm coeficiente de 0,6, deixarão de arrecadar R\$ 11.253,00 e arrecadarão R\$ 6.984,00 - uma queda, como eu disse, de quase 38%. Os Municípios de coeficiente 1,2 deixarão de arrecadar R\$ 22.506,00 para arre-

cadar R\$ 13.969,00. Esses são os Municípios que ficam entre 16,9 mil habitantes e 23,7 mil habitantes.

Venho alertando para o fato de que essa crise dos Municípios é a crise da economia no interior, porque os Municípios arrecadam o que os setores produtivos no interior produzem. Se há uma queda no Fundo de Participação dos Municípios em função do aumento de restituição do Imposto de Renda e, portanto, uma queda brutal neste que é o principal componente da receita dos pequenos e médios Municípios, temos que considerar que os Municípios já estão debilitados financeiramente, pelo problema que vive hoje o setor produtivo principal do interior do País, que é o agronegócio, o qual está vivendo uma situação dramática.

Há uma queda não só de renda, mas de empregos no campo, que chega a 19% de redução dos empregos ativos nesse período, dado que me foi passado pelo Senador do Espírito Santo, cujo pronunciamento deveria ter sido feito ontem - não sei se o fez. Se não o fez ontem, fará hoje - em função da gravidade do problema que afeta o meio rural e o interior do País.

Digo mais. Temos agora de considerar a PEC que apresentei. Penso que esta seja a salvação para os Municípios brasileiros. Não há outro caminho: se não aprovarmos a PEC que dá direito aos municípios brasileiros de terem participação nas contribuições, não resolveremos o problema do pacto federativo.

A emenda constitucional que apresento é simples: de todas as contribuições sobre o lucro líquido - CPMF, Cide, PIS, Confins -, cuja arrecadação por parte do Governo será de cerca de R\$ 147 bilhões, os Estados possam participar com 10% e os Municípios com 10%. Isso é justo, porque toda a reforma tributária que o Governo encaminhou para este Senado, ou para a Câmara, teve este componente, aumentar as contribuições, porque estas são quase que de exclusividade do Governo Federal, com exceção da Cide, em que os Estados têm uma participação de 25%.

Então, o bolo de contribuições daria uma arrecadação anual de 147 bilhões e, se considerarmos que os Municípios brasileiros ficariam com 10%, eles teriam a mais, em seus cofres - para gastarem em educação e saúde e para cuidar dos medicamentos que têm faltado nos postos de saúde, para cuidar das creches, que é uma atribuição a mais que os Municípios estão recebendo com o Fundep, que está sendo votado pela Câmara e que transfere praticamente toda a responsabilidade das creches para os Municípios -, com isso, haveria R\$ 14,7 bilhões por ano a mais em arrecadação para os Municípios e o mesmo valor para os Estados.

O reflexo disso, Senador Mão Santa, seria imediato nas economias do interior. Sem nenhuma dúvida, os Municípios poderiam investir mais em seus programas sociais e, principalmente, na saúde - que é citada na reportagem de O Diário de Maringá e é um dos pontos mais críticos na administração em nosso Estado, já que há falta de recursos estaduais para a saúde, e os Municí-

pios não conseguem complementar porque estão com o seu orçamento já comprometido com outras tarefas e atribuições.

Na semana que vem, estarão aqui Prefeitos de todo o Brasil, representados pelas suas associações estaduais e pela Confederação Nacional dos Municípios, que tem como Presidente o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski. Estará aqui o Prefeito Luiz Sorvos, representante da Associação dos Municípios do Paraná. Temos de atuar ao lado dos Prefeitos se quisermos salvar os Municípios brasileiros e, com isso, as comunidades locais.

O SENADOR OSMAR DIAS

Mais um minuto, Sr. Presidente.

Não há outro caminho. Peço inclusive aos Senadores que assinem, tornem-se co-autores dessa emenda constitucional que estou apresentando, trazendo, portanto, aos Estados, 10% das contribuições sociais, para que possamos dar mais dinheiro para que os Municípios possam exercer seu papel.

Dentro de tempo que me cabe ainda, Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Exa. com satisfação.

Senador Flexa Ribeiro

Quero parabenizar V. Exa. pela proposta de emenda constitucional e dizer, desde já, que conte com a nossa assinatura, com o nosso apoio. É mais do que justo que parte dessas contribuições que hoje a União arrecada seja redistribuído aos Estados e Municípios. Isso seria o início daquilo que terá de ser enfrentado pelo Governo e pelo Congresso. A respeito da vinda dos Prefeitos a Brasília, tive a oportunidade, Senador Osmar Dias, de fazer um pronunciamento na semana passada, referindo-me à pauta que eles pretendem discutir aqui em Brasília, inclusive com a agilidade da aprovação do que já foi feito aqui no Senado, do aumento de 1% na cota do FPM, para que possa minorar a angústia por que passam as Prefeituras. Ainda ontem, na reunião da Comissão de Orçamento, foi dito que o repasse do FPM, na cota do dia 20, houve uma quebra de mais de 50% em relação à do dia 10. E as Prefeituras estão preocupadas, porque mantido isso, a maioria delas não terá condições de suportar nem o encargo da folha de pessoal. Parabéns pela proposta da emenda que V. Exa. está encaminhando ao Senado.

O SENADOR OSMAR DIAS

Senador Mão Santa, ficarei feliz se V. Exa. assinar, e sei que o fará, a Proposta de Emenda Constitucional que apresento porque ela representará R\$ 14,7 bilhões a mais de arrecadação para os Municípios, o que é uma questão de justiça. Reivindico também o mesmo valor para os Estados, porque a União não pode continuar concentrando esses recursos, aplicando tão mal, como temos visto em nosso País.

Hoje recebi uma reclamação das cooperativas do meu Estado: não há dinheiro para o crédito rural, para

financiar o plantio da safra. Nunca vi um Governo ser tão incompetente em relação à agricultura como tem sido o Governo Lula. Nunca vi um Governo tratar tão mal os agricultores, como tem tratado o Governo Lula. Agora, para os banqueiros, Sr. Presidente, toda a generosidade do mundo. E olha, US\$ 420 bilhões de pagamento de juros em três anos é dinheiro que não acaba mais.

Senador José Jorge, concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. José Jorge

Infelizmente, isso não acontece só na agricultura. V. Exa. está falando da agricultura, mas a incompetência é em tudo.

O SENADOR OSMAR DIAS

É que a agricultura está demais, Senador José Jorge.

Então, merece destaque, dentro de toda a incompetência do Governo, a incompetência em relação à agricultura. Essa merece destaque porque eu nunca vi chegar neste momento, no momento em que todo o País vai semear a safra de verão, que é, sem dúvida nenhuma, aquilo que vai salvar a economia no ano que vem, e o Governo não libera os recursos para financiar o custeio. Não é dinheiro a fundo perdido; é custeio: é plantar, colher e devolver ao Governo. Nem isso o Governo está fazendo.

Senador Mão Santa, obrigado pela tolerância com o tempo.

Osmar Dias”

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo?

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sra. Presidente.

O Paraná e outros quatorze Estados da Federação têm problemas nas rodovias federais que foram transferidas para os Estados e, simultaneamente, também, foi transferido dinheiro e grande parte ainda no ano de 2002, em 27 de dezembro. As lideranças políticas do Paraná, entre elas lá na região Oeste, no dia de amanhã, na cidade de Guaíra, fecharão a Rodovia 163 e o acesso para 172.

A 163, para quem não sabe, é a rodovia que liga a Ponte de Guaíra ao Mato Grosso, que interliga todo corredor de exportação que bate aqui em Paranaguá, inclusive a soja e outros produtos que vêm dos Estados do Mato Grosso e aportam em Paranaguá. Eu, como Líder partidário, como militante do PT, estou solidário a essa mobilização da região que, com certeza, terá reflexos nacionais, no dia de amanhã, porque o fecha-

mento será por doze horas, a partir das 5h da manhã até às 17h da tarde.

Esse movimento é pacífico. Eu já estive, por duas vezes, no Ministério dos Transportes, juntamente com a Secretaria dos Transportes, aqui, do Estado do Paraná e o Ministro se sensibilizou, mas coloca a responsabilidade para o Estado e o Estado coloca a responsabilidade para a União, só que nós, paranaenses, não nos conformamos com essa situação; precisamos achar uma solução política e pacífica em que haja um entendimento entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado do Paraná.

Então, amanhã será um dia de fechamento dessa rodovia. Eu vejo que será um momento de, realmente, sair o encaminhamento para a solução. Por exemplo, a ponte do Rio Piquiri que, agora, está fechada, já há o entendimento de que haverá investimentos emergenciais pelo DNIT, é um ponto positivo. Agora, a MP 82, que foi editada ainda lá no Governo anterior, que transferia o domínio das rodovias para vários trechos, de forma escalonada, precisa ser resolvida.

Nós, enquanto paranaenses, não queremos saber. Eu como Deputado de Governo, Governo, sinto-me à vontade em falar aqui, mas é constrangedor para nós, na medida em que a forma como pegamos as rodovias da Federação - e entre essa que cito, que é um dos corredores de exportação - precisamos de uma solução.

E, de fato, acredito que amanhã, com essa mobilização que será de todos os Partidos Políticos, de várias lideranças - infelizmente não podemos estar lá. Hoje já tem, inclusive, um requerimento e a Comissão de Transportes da Câmara dos deputados se reunirá na quarta-feira da semana que vem - era para ser nesta quarta, mas foi adiada para a outra quarta, por causa da eleição na Câmara dos Deputados - juntamente com o Ministério do Planejamento. Acredito que dali sairá uma ação que precisa ser resolvida, não só no Estado do Paraná, como em outros Estados.

Outro ponto, Sr. Presidente, que chama atenção e que achamos uma solução muito positiva para esse fato, que aqui no Estado poderá se arrecadar mais oitenta milhões de reais. A cadeia produtiva do feijão, do jeito que está a tributação hoje, ela não consegue competir com nenhum outro Estado da Federação, que também é produtor de feijão. O imposto sobre o feijão, hoje, aqui no Estado é 7%. E é uma coisa curiosa, porque em função de 7% praticamente ninguém paga imposto e esse feijão que é plantado aqui no Estado, vai para outros Estados e volta empacotado, para ser vendido nos nossos supermercados.

Do que é previsto para ser arrecadado, segundo dados da Fazenda, arrecada-se apenas 10% e o restante é todo sonogado, e agora achamos uma medida e ela foi acatada pelo Governador e já há um entendimento com a Secretaria da Fazenda, vamos subir a alíquota de sete para doze, mas vamos dar um crédito presumido de dez. E aí, já tem o testemunho, por exemplo, do presidente da Coopavel, porque houve essa interlocução com o Governador e nós, para que eles voltem a incentivar o plantio

do feijão - tinham sustado - porque as cooperativas precisavam trabalhar com a nota fiscal e dava sempre prejuízo.

Com essa medida, o Estado vai conceder um crédito presumido de 10% sobre uma alíquota de doze e motivará a formalização da atividade do feijão e o Estado arrecadará, de acordo com a previsão da Secretaria da Fazenda, pelo menos oitenta milhões de reais, já a partir do ano que vem.

Esse decreto está praticamente pronto e já há o entendimento do Governador, da Secretaria da Fazenda e também dos setores ligados à forma da comercialização, dos supermercadistas. Essa reunião, Srs. Deputados, surgiu de um diagnóstico aqui nesta Assembléia Legislativa, através do Bloco Agropecuário, onde fazem parte outros quatorze Deputados, ao qual presido.

Então, é uma medida muito importante. Vejam só que coisa curiosa: sobe-se o tributo, dá-se um lucro presumido e o Estado pode ficar com uma fatura de mais oitenta milhões de reais. É uma medida que, com certeza, beneficiará principalmente os pequenos produtores, que voltarão a ser incentivados, novamente, no plantio do feijão - novas tecnologias poderão ser agregadas a essa atividade, porque do jeito que está hoje, o setor produtivo não se motivava a incentivar medidas para melhoramento genético das sementes de feijão, para buscar as novas variedades, com mais produtividade. E, assim, essa atividade será retomada com muito mais força e o Estado voltará a ser o maior produtor e plantador de feijão.

E para finalizar, Sra. Presidente, ouvi atentamente esses debates sobre o desarmamento e quero dizer aqui, desta tribuna, que também já fui vítima, quando muito jovem. Na minha casa estava um de meus irmãos com uma arma de fogo e eu poderia ter sido a vítima. Essa arma, acidentalmente, disparou. Por sorte, a bala pegou na geladeira que estava ao meu lado. Fez um rombo muito grande e se tivesse pegado em mim, eu, com certeza, não estaria aqui. Então, vejam só como existem fatos e fatos. Eu, pessoalmente, fui criado na lavoura, aprendemos a lidar com armas. Se um bandido me atacar, se eu tiver uma arma, eu reajo. Mas, tenho certeza que corro o risco de morrer, porque o bandido está muito mais acostumado com a arma do que eu.

Portanto, eu, por concepção, acredito que desarmar é para assegurar mais vidas, sem sombra de dúvidas. É a visão que eu tenho, e eu defendo a questão do desarmamento.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PSDB.

(**Declina**)

PMDB. Com a palavra, o Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sra. Presidente, Srs. Deputados:

O Presidente Lula vetou na última semana a proposta orçamentária, no Projeto de Lei Orçamentária da República, as compensações para os Estados sobre a Lei Kandir, que retira ICMS dos produtos agrícolas. Isso causa um grande prejuízo para o Paraná, como causa um grande prejuízo para todos os estados e municípios brasileiros.

Lamentavelmente, mais uma vez, concentra-se a arrecadação em Brasília. O Brasil inteiro dá, e Brasília tira! O Brasil inteiro dá e Brasília tira. O Brasil inteiro dá e Brasília tira. Nunca é demais dizer isso, porque este ano serão 157 bilhões de reais que irão para pagamento dos juros da dívida externa. Enquanto isso, a Ponte de Capivari/Cachoeira continua interrompida, aqui, na BR-116. Todas as pontes das nossas estradas federais estão comprometidas, ameaçando ruína. E o DNIT declara que a recém-acabada e depois desabada Estrada da Ribeira tem 26 pontos de instabilidade de encosta. Ora, não é uma estrada, é uma armadilha! É uma ratoeira oficial, é uma armadilha, não é uma estrada!

O Brasil inteiro dá e Brasília tira! Nós lamentamos muito. Enquanto isso, vem o debate sobre o desarmamento.

Eu quero esclarecer, não só o meu ponto de vista, como eu imagino seja o da maioria dos Deputados da nossa Bancada, ser contra a violência, ser adepto da não-violência; é uma tese que é aceita por todos: é a tese de Jesus, é a tese do Buda, do Mahatma Gandhi, é a tese do amor em um mundo de desamor.

Agora, o que discute é a Nação honesta, do lado direito da sociedade, abrir mão da legítima defesa. O que está se discutindo é uma abdicação da sociedade civil sobre a sua legítima defesa. Enquanto isso, as favelas ficarão armadas: obuses, metralhadoras, minas, estarão nas mãos dos traficantes. A sociedade não terá nenhuma resposta, seja da Polícia Federal, seja das Polícias, seja do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Como é que essas armas de guerra chegam aos cenários urbanos?

O último bandido preso no Rio de Janeiro e morto, chamado Pedro D., na hora que tentaram lhe dar voz de prisão, no Túnel Rebouças, embaixo do Corcovado, ele jogou uma granada de guerra em cima do carro da Polícia! Uma granada de guerra!

Então é muito preocupante essa questão do desarmamento. Será que se pode pedir à sociedade brasileira para abdicar da legítima defesa? Isso seria possível se o Governo Federal fosse eficiente!

E por último, quero dar uma idéia: nós ontem perdemos o Presidente desta Casa, Deputado Erondy Silvério, que também presidiu a Câmara Municipal de Curitiba e que aos 82 anos era um lúcido conselheiro, inclusive do Governador Requião. Ele também foi meu conselheiro quando eu fui Prefeito de Curitiba. Quero sugerir que o Contorno Norte de Curitiba seja denominado Rodovia Deputado Erondy Silvério, porque o Erondy faz honra ao verso de Cervantes, no Quixote: "O seu repouso foi a batalha".

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sra. Presidente, eu gostaria de usar dez segundos do tempo do Deputado Rafael Greca que faz uso do tempo da liderança do PMDB, só para me congratular e gostaria de assinar esse seu requerimento em homenagem ao Erondy Silvério e à sua família. Tem o apoio deste Deputado e da minha família, a denominação do Contorno Norte, Rodovia Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Vanhoni. Isso se prende também ao fato de o Erondy ter feito a sua vida no Pilarzinho, que é a região do Contorno Norte de Curitiba.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 046/2005, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, institua gratificação de localidade especial aos policiais civis lotados em zonas de fronteiras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, comunicando esta Presidência e demais Srs. Deputados desta Casa de Leis, a sua filiação do PDT - Partido Democrático Trabalhista, em 24 de setembro de 2005. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2849, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar desta Casa nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês, para participar do 3º Encontro da Edição 2005/2006 do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, conforme convocação da coordenação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU), a ser realizado na cidade de Cornélio Procopio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2863, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembléia Legislativa do Paraná na Audiência na Câmara Federal que discutirá o conflito existente entre a União e Estados Federados em consequência da estadualização de rodovias federais, no dia 05 de outubro de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/205, que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda

nº 01, de Plenário. **Aprovada.** Emenda nº 02. **Aprovada.** Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/205, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, com área de 2.337,50m2, localizado em Passo das Flores, naquele Município, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o "O Dia do Cliente", no calendário oficial do Estado, a ser comemorado anualmente no dia 13 de setembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Clube da Criança, com sede na cidade de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Obesos de Maringá - AOM, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Guido Straube. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação União Serrano de Cerro da Ponte Alta, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Salete, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca de Catanduvas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Escolinha de Futebol e de Samba e Torcida Organizada Sangue Azul, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação Guadalupeana de Educação Lassalista, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artesãos Autônomos de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Uraí, com sede e foro no Município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2005. Resolução nº 03/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento nº 2862, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 16, 17 e 18 constantes da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Nós, Deputados da Base-Aliada, pedimos aos Srs. Deputados que votem SIM pelo requerimento e que mantenham o veto do Exmo. Sr. Governador do Estado nos itens aí mencionados.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Então, será feita a votação em bloco dos itens 16, 17 e 18.

Discussão Única (Proposição)**ITEM 16**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 057/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 085/2005

Curitiba, 21 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 088/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 172/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “todas as escolas públicas da rede estadual de ensino deverão instalar nas respectivas portarias de acesso, detectores de metal, com vistas a impedir o ingresso, em suas instalações, de pessoas portando armas de quaisquer natureza.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de manifestação da Secretaria de Estado da Educação considerando a medida, tal como está posta, desnecessária, demasiadamente onerosa e de difícil exe-

quidade, porque seriam providências que não dispensariam atuação de agentes de segurança civis ou militares, mormente quando houvesse constatação de porte ilegal de armas.

Sobre o assunto, segue, diante transcrito, trecho do mencionado pronunciamento da SEED:

“Em atenção à solicitação contida no expediente datado de 04 de junho de 2004, com referência ao posicionamento da Secretaria de Estado da Educação sobre o Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Estadual Mauro Moraes, o qual dispõe “sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências”, informamos a V. Exa. que, quanto ao uso de uniformes ou aventais padronizados, nos baseamos na Lei Federal nº 7.962/84, de 22/11/84, que proíbe a obrigatoriedade destes nas escolas estaduais.

Com respeito às medidas de segurança nas escolas, algumas providências já estão sendo tomadas por esta Secretaria, com parceria com a Polícia Militar, com a criação da Patrulha Escolar, e o Programa Casa do Zelador, bem como outros programas de conscientização sobre a violência que afeta as nossas escolas.

Diante do exposto, concluímos ser desnecessária a elaboração do referido projeto de lei”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 172/2004, encontra-se publicado no DA nº 040/2004, de 11/05/2004, em Projetos de Lei, pág. 08).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 057/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, objeto de veto do Governador, dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 059/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 039/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a inclusão do

Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 098/2005

Curitiba, 05 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 107/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 039/2005, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, para inclusão do Município de Campo do Tenente no rol dos que integram a Região Metropolitana de Curitiba.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, de que o Município de Campo do Tenente pela sua posição geográfica e face outros parâmetros técnicos, não faz parte do planejamento integrado nem dos sistemas e funções públicas de interesse comum entre os municípios hoje integrante da Região Metropolitana de Curitiba. Em anexo, segue cópia autêntica de pronunciamento técnico da COMEC, onde estão detalhadamente contidos os motivos do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 039/2005, encontra-se publicado no DA nº 003/2005, de 22/02/2005, em Projetos de Lei, pág. 11).

GOVERNO DO PARANÁ

Curitiba, 25 de abril de 2005.

PARECER TÉCNICO Nº 05/2005/PL

Em atenção à solicitação CEE/CC 180/2005 da Casa Civil, que requer parecer prévio sobre o Projeto de Lei nº 039/2005, que dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente à Região Metropolitana de Curitiba, temos a informar que:

Inicialmente, considera-se relevante destacar o conceito de região metropolitana, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: “Regiões Metropolitanas são agrupamentos de municípios limítrofes, que apresentam cumulativamente, expressiva densidade demográfica, intensas relações de natureza econômica e social, elevado grau de urbanização contínua entre dois ou mais municípios, tendo a presença de uma aglomeração, de uma cidade pólo regional ou da

Capital do Estado que comanda a estrutura a integração regional, além de apresentar considerável grau de especialização e um conjunto de ofertas econômicas e de serviços de alcance superior ao da própria região, caracterizando-se como áreas de influência sobre outras regiões do país”.

A Constituição Federal de 1988 reforçou a importância das questões metropolitanas e estabeleceu em seu texto a definição e a finalidade da criação de uma região metropolitana, em seu artigo 25;

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A Constituição Federal fixou assim, a finalidade de instituição de uma região metropolitana que é a de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Seguindo este preceito constitucional, a Constituição Estadual em seu artigo 21, também estabelece que:

“Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Do ponto de vista do planejamento regional, o que alicerça as relações entre os municípios de uma região metropolitana são as funções públicas de interesse comum, ou seja, o abastecimento d'água, a coleta e tratamento de esgoto, a coleta e destinação final de resíduos urbanos, o transporte público de passageiros e o uso do solo, as quais traduzem na prática, a necessidade de políticas públicas elaboradas em conjunto para o trato do território metropolitano.

A criação de regiões metropolitanas brasileiras, na década de 70, teve como objetivo principal a articulação e a coordenação das funções públicas de interesse comum, e fazia parte da estratégia, segundo PND, a consolidação da região metropolitana de Curitiba que à época apresentava ainda um processo incipiente de metropolização.

Nesse sentido, por iniciativa do governo federal, em 1973 foi criada a Região Metropolitana de Curitiba -

RMC, através da Lei Complementar nº 14, composta à época, por quatorze municípios; Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba (pólo), Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Após sucessivas alterações a RMC conta atualmente com vinte e seis municípios.

Visando o trato das questões de interesse comum na RMC, e como decorrência direta das instruções contidas nessa Lei Complementar, o Governo do Estado do Paraná através da Lei Estadual nº 6.517/75, institui a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec, fixando sua linha de competência num conjunto de dezesseis atividades vinculadas à formulação e execução de políticas públicas ligadas aos interesses metropolitanos.

A crescente urbanização verificada na região nos últimos anos, caracterizada pelo crescimento da malha urbana de Curitiba sobre os seus municípios limítrofes, gerou a formação de uma grande mancha de urbanização contínua.

É efetivamente sobre esta malha urbana que as questões metropolitanas se configuram de forma mais acentuada, e onde elas assumem um papel determinante na pauta das discussões sobre a questão urbana, destacando-se como uma das principais questões, a atribuição do órgão metropolitano de promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da região.

Cabe ressaltar que um dos principais pontos que o órgão metropolitano trata, se refere ao controle do ordenamento territorial desse espaço, que é definido através da Lei Federal nº 6766/79. Com base nesta legislação, a Comec emite a anuência prévia a todos os projetos de parcelamento do solo urbano dos municípios metropolitanos, bem como exerce um papel relevante no controle de empreendimentos nas áreas de mananciais.

A inserção de um município em uma reunião metropolitana é justificável, mediante a constatação de que o mesmo possua estreito grau de relacionamento com o município pólo, através de fluxos de mercadorias, passageiros, uma constante inter-relação de trocas.

No que se refere ao município de Campo do Tenente, a análise técnica indica como relevante os seguintes pontos:

- Distância acentuada que o Município apresenta em relação ao pólo metropolitano, cerca de 102 Km;*
- O município não integra a mancha de urbanização contínua metropolitana;*
- Não há troca de atividade econômicas significativas;*
- O município não integra o sistema integrado de gestão e proteção aos mananciais da RMC;*
- Não há demanda (passageiros/mês) significativa entre o município e Curitiba. Segundo dados do DER, nos meses de maior demanda, a linha que atende Curi-*

tiba - Rio Negro, na seção Campo do Tenente a Quitandinha transportou 157 passageiros por mês em janeiro de 2004 e 430 passageiros/mês em fevereiro de 2004.

A linha que atende Curitiba Rio Negro, na seção Campo Tenente a Curitiba transportou 715 passageiros por mês em janeiro de 2004 e 409 passageiros/mês em fevereiro de 2004.

A título de comparação, segundo dados da URBS, selecionou-se para o mês de janeiro de 2004, algumas linhas que atendem municípios que pertencem ao sistema metropolitano de transporte de passageiros, nos meses de menor demanda: I) somente uma das linhas que atende ao Município de Pinhais a Curitiba, transportou 52.615 passageiros/mês; II) uma das linhas de Colombo a Curitiba transportou 56.531 passageiros/mês; III) uma das linhas de Araucária a Curitiba transportou 94.725 passageiros/mês; IV) uma das linhas de São José dos Pinhais a Curitiba transportou 120.998 passageiros/mês; e V) uma das linhas de Campina Grande do Sul a Curitiba transportou 120.583 passageiros/mês.

Salienta-se que há dois fatores que pela sua importância são considerados em implantações de linha: a quilometragem percorrida e a demanda de usuários que utilizam o serviço.

Estes números demonstram o baixo índice de população transportada/mês, que aliado a distância entre os dois municípios, inviabilizam a implantação de um sistema integrado de transporte entre Campo do Tenente e Curitiba.

Todos esses pontos conjugados, anteriormente descritos, aliados à definição constitucional de que município metropolitano é aquele que pertence a um agrupamento de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, descarta totalmente a inclusão do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba.

É o parecer.

Atenciosamente,

HILTON SILVA JUNIOR

Coordenador de Transportes

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO

Coordenadora do Depto. de Planejamento do Uso e Ocupação do Solo

PAULO EDUARDO GRAICHEN

Coordenador do Setor Sócio-Econômico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 59/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 039/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, que dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 099/2005

Curitiba, 05 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 102/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 023/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Secretaria de Estado da Fazenda deverá publicar, trimestralmente, através do Diário Oficial, relatório sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O veto apostado ao projeto de lei em referência decorre de informações da Secretaria da Fazenda, considerando a medida, pela forma como está posta, demasiadamente onerosa e de pouca acessibilidade ao cidadão comum, demonstrando, por outro lado, que pela via internet, já são prestadas informações sobre o tributo e, ainda que, em um prazo de noventa dias, serão disponibilizados dados por trimestre. Seguem adiante transcritos, trechos do mencionado parecer da SEFA:

“... Considerando, que a Lei nº 14.558/2004 alterou o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 14.260/2003, retirando da incidência do imposto as embarcações e aeronaves, ao determinar que o IPVA incide apenas sobre veículos terrestres dotados de força motriz, e que tal retirada teve como um dos motivos a dificuldade em manter um cadastro atualizado de embarcações e aeronaves, não temos como fornecer o número total de aeronaves e embarcações posto que não mais mantemos cadastro desses veículos e nem utilizamos o cadastro de outros órgãos;

Considerando, que utilizamos o cadastro de veículos do Detran para fins de lançamento de IPVA apenas para os veículos terrestres tributados, e que este órgão

teria melhores condições de oferecer a informação do número total de veículos automotores, por município;

Considerando, que a publicação em Diário Oficial é bastante onerosa ao Estado, principalmente se levarmos em conta que deverão ser publicadas as informações de cada um dos 399 municípios do Estado, implicando em várias páginas de DIOE, ao custo de R\$ 12,00 o cm de publicação;

Considerando que o Diário Oficial do Estado é um veículo de pouca e difícil acessibilidade ao cidadão comum;

Considerando que o valor do repasse (diário, semanal, mensal ou anual) de IPVA aos municípios já se encontra disponível na internet, no portal Gestão do Dinheiro Público - Repasses aos Municípios, acesso no endereço www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br.

Com base nestas considerações, sugerimos o veto ao Projeto de Lei nº 023/2003. Entretanto, a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Coordenação da Receita do Estado, se compromete a disponibilizar as informações quanto ao número de veículos terrestres tributados e quanto aos valores lançados e arrecadados, trimestralmente, por município, no site da Sefa, garantindo assim um acesso democrático e transparente tanto às prefeituras quanto ao cidadão comum.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 023/2003 encontra-se publicado no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 60/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná a publicar relatórios sobre a arrecadação do IPVA.

O projeto de lei foi vetado porque o repasse do IPVA aos Municípios já se encontra disponível na internet, no portal Gestão do Dinheiro Público - www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à Chamada Nominal para votação)

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Solicito aos Deputados Nelson Garcia, Antonio Anibelli e José Domingos Scarpellini, para procederem ao escrutínio dos votos.

Vinte e quatro (24) Deputados votaram SIM; 13 votaram NÃO.

Está aprovado o Veto.

Rejeitado o Projeto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2850, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2851 a 2855, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2856, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publica no final desta Ata).**

Requerimento nº 2860, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2861, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2864, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2866, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2870, 2872 e 2891 a 2895, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2873, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2875 a 2878 e 2880 a 2886, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2887 a 2890, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2898 e 2899, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2902, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901, de autoria dos Srs. Deputados Waldir Leite, Duílio Genari, Valdir Rossoni, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, na verdade nós vamos votar esse requerimento do Deputado Elio Rusch, com mais 33 assinaturas. Eu, a Deputada Elza Correia, os Deputados Braddock, Scarpellini, e mais os outros Deputados. Provavelmente vá passar por unanimidade. Mas, só para registrar, nós vamos criar também a Frente Parlamentar a favor da proibição da venda de armas no País, justamente contando com o apoio dos demais Deputados que assinaram esse requerimento, justamente para dar uma oportunidade de um maior debate desta Assembléia, e também discutir esse assunto tão importante, que será votado dia 23 de outubro.

Então, nós queremos deixar registrado que nós vamos aprovar, ajudar, apoiar esse requerimento, e nós queremos também o apoio do Deputado Elio Rusch e dos seus Deputados que estão assinando, para que aprove também a nossa Frente Parlamentar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Apenas encaminhar, e nós sabemos que a democracia nos ensina isso, e é no Parlamento que são discutidos os grandes temas que envolvem as questões do Estado e do País. Nós, através deste requerimento, estamos solicitando a criação da Frente Parlamentar pelo direito à legítima defesa, como o Deputado Ratinho Júnior tem todo o direito de criar também essa Frente já que o Parlamento, a nível Nacional, existem duas frentes, uma Frente Parlamentar, que é a favor da comercialização de armas, e a outra que é contra a comercialização de armas no Brasil.

Então, isso deve ser estendido a todos os Paramentos dos Estados da nossa Federalização.

Nada mais justo e nada mais correto do que o Ratinho, que já está encampando essa campanha com outros Parlamentares aqui na Assembléia, criar oficialmente essa Frente Parlamentar. E nós Deputados que somos do NÃO concordamos com as duas Frentes. Precisamos exatamente fortalecer cada vez mais a democracia e o debate. Isso é essência do Parlamento.

Então, quero dizer que vocês estão de parabéns também. Criem a Frente, porque vocês já estão em defesa da proibição da comercialização de armas! E nós vamos em defesa pelo "NÃO" no referendo no dia 23.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Elio Rusch, eu acho extremamente interessante o surgimento da Frente do NÃO e do SIM para que o debate seja claro, transparente, respeitoso e democrático, diferentemente do que o Deputado Federal fez aqui hoje, absolutamente desrespeitoso com aqueles que não concordam com a sua

opinião. Inclusive, eu não usei da palavra naquele momento por respeito ao Deputado que estava sendo convidado pelo Deputado Ratinho para vir a esta Casa, mas me senti ofendido, eu que sou um defensor do NÃO, vou trabalhar pelo NÃO, vou percorrer o Paraná junto com o NÃO, acho que o SIM tem direito, e acho que nós temos que fazer o debate para esclarecer à opinião pública para que o povo do Paraná, bem esclarecido, muito bem colocado, possa tomar uma decisão para o bem do Brasil e para o bem dos seus interesses.

Então, eu também apoio a criação da Frente Parlamentar do SIM, e vamos fazer o debate, vamos usar o nosso argumento, naturalmente a comissão do SIM vai fazer o seu argumento, e o povo vai ter uma definição melhor para poder julgar no dia do referendo.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Para Encaminhar)

Apenas, além de agradecer esse argumento do Deputado Nereu Moura, realmente fortalecendo e apoiando essas duas Frentes, mas para dizer que em momento algum o Deputado Raul Jugmann veio aqui para desrespeitar um Deputado Estadual desta Assembléia e deste Estado. Ele veio aqui, colocou a sua tese, mostrou qual o motivo que ele está defendendo, e é o Secretário Geral da Frente Brasil sem armas.

O que ele realmente criticou foram os Deputados Federais que votaram contra o Estatuto do Desarmamento e que são hoje a favor da venda de armas no Brasil, e que muitos desses são patrocinados pela indústria da arma no Brasil, como é o caso do Deputado Fleury, do Deputado Roberto Jeferson, e outros que votaram contra. Em nenhum momento ele desrespeitou esta Casa e seus Parlamentares.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Votaria contra o requerimento, à medida que tenho uma convicção, um entendimento que tenho com relação do armamento no Brasil, pelo SIM. Democracia é isso. Democracia é realmente a possibilidade que as pessoas têm de ouvirem as posições, por mais adversas que sejam. Então, votarei com os companheiros na expectativa de que eles também votem na criação da nossa Frente Parlamentar do SIM.

Talvez façamos aqui aquilo que não está sendo feito em nível nacional. Penso que neste momento o referendo é complicado, porque não está aprofundando essa discussão. Já que vamos participar, que possamos, nesta Casa, garantir a democracia.

Por isso vamos votar com os companheiros.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Ouvimos algumas posições aqui sobre a matéria.

Gostaria de fazer uma colocação. Sou contra o referendo. Sou pelo desarmamento, mas contra o refe-

rendo. O Congresso Nacional pecou quando colocou uma questão dessa que os Deputados e Senadores já estão lá eleitos e poderiam legislar e tratar desse assunto internamente e não colocar isso para a população discutir.

Isso vai custar 500 milhões de reais ou um pouco mais, e daria para se fazer, no mínimo trinta presídios de segurança máxima no Brasil. Podíamos prender o Fernandinho Beira-Mar, um homem que movimenta a máquina do crime no País. O Estado que tem obrigação de dar segurança ao indivíduo.

Pergunto: o Estado tem dado a sua contribuição para melhorar a segurança? A fazenda do empresário Petrini com 4200 alqueires com dez mil cabeças de reses foi invadida! Algumas armas que tinha lá na sede, foram tomadas pelos sem-terras, que estão lá há três anos, comendo todo dia churrasco que matam da fazenda do Miguel Petrini e o Estado não pratica a reintegração de posse!

Então, a proposta de desarmamento vai diminuir, sensivelmente, o índice de mortes no Brasil, não sei os crimes, mas o índice de mortes. Uma pessoa pensar que está segura porque tem um porte de arma, não está seguro, aí é que ele vai, realmente, morrer na mão do bandido.

Eu fui seqüestrado, em um seqüestro-relâmpago, fiquei algumas horas nas mãos dos seqüestradores. Se eu tivesse um revólver, e eles percebessem, eu teria morrido. Uma das coisas que me motivou a estudar melhor a questão foi esse seqüestro-relâmpago, que não é de muito longo tempo.

Nós sabemos que, em Curitiba, a comercialização de armas está na periferia, na mão da bandidagem e o estado não faz nada. Aí, você tem uma arma registrada, o bandido te assalta, leva aquela tua arma embora e se arma. Na periferia, na maioria das vezes, a bandidagem se armou com as armas compradas legalmente, tomadas da mão de quem tinha o porte de armas, na maioria dos casos.

Então, essas são as nossas colocações, e é em cima disso que nós vamos defender o desarmamento. Não defendo o referendo, mas dele vou participar.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2005.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 372, 373, 470, 472, 496, 502, 504, 511, 547, 548 e 559/2005; e do Projeto de Resolução nº 017/2005.

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 067/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 040, 041, 042, 043, 044 e 045/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2005

“Opinião da Folha”

Folha de Londrina

Enquanto as atenções se voltam mais atentamente para os escândalos governamentais, uma questão delicada, de interesse do Paraná, entra em debate na Assembleia Legislativa. É o projeto de construir seis novas usinas hidrelétricas no Estado, quatro delas ao longo do Rio Tibagi. É fundamental que o Poder Legislativo se ocupe do caso, inicialmente por via de uma audiência pública com ambientalista e a comunidade em geral, marcada para o próximo dia 04. Desde que a idéia de mais usinas em território paranaense começou a florescer, dez anos atrás, reações da opinião pública e especialmente da vigilante comunidade defensora do ambiente têm se manifestado contra. Agora o projeto acaba de entrar na fase final do estudo licitatório, e despertou a atenção do Deputado Estadual Barbosa Neto, que se posiciona contra e está mobilizando os companheiros do Parlamento para um exame minucioso da situação. O ponto crucial é saber-se se o Paraná precisa implantar mais usinas hidrelétricas, que irão inundar grande extensão de suas terras, férteis para agricultura de pastagens, sufocar reservas indígenas e causar desequilíbrio ambiental irrecuperável. Ademais, gerando o problema do êxodo das populações que habitam essas glebas, um desastre que já ocorreu no passado e nunca foi corrigido, porque os colonos expulsos de suas propriedades correram para os centros urbanos, inchando favelas e dilapidando com pouco dinheiro que receberam das indenizações. São consequências gravíssimas, porém as mais sentidas serão as das comunidades que terão seu habitat inundado, e por isso serão obrigadas a debandar, e não se sabe em que direção, porque não se ocupam desse problema subsequente os governantes e idealizadores de usinas a qualquer custo. O

Governo não pode impor sua vontade, por isso a Assembléia Legislativa precisa examinar esse projeto até à exaustão, medindo conveniência e prejuízo, já se sabendo que este será maior. O cometimento de crimes ambientais e contra pessoas, como a implantação dessas usinas, irá acontecer se os estudiosos das questões ambientais e sociais, os Deputados e os Prefeitos de Municípios a serem afetados chegam a defender a idéia das usinas, por imaginar que elas trarão progresso para as suas comunas. Isto acontecerá na fase das obras, pela geração de empregos temporários, mas surgirá uma zona de pobreza quando as águas houverem afogado terras produtivas e afastado o povoamento. A previsão é de que 5,5% do território paranaense ficará sob a água se as seis usinas forem construídas. O Paraná tem vocação para produzir alimentos e não para produzir quilowatts. Será um pecado capital reverter esta dinâmica, porque as usinas existentes já bastam. Existem fontes alternativas de energia, não prejudiciais ao meio-ambiente e às populações, ademais possibilitadoras de geração de trabalho e renda permanentes. Não se fala de energia nuclear, de energia gerada da queima de fósseis e nem das hidrelétricas. É um contra-senso levar adiante o plano dessas usinas. O Poder Legislativo - que a seu tempo, por ignorância ou outra razão, não soube conter o projeto dos pedágios de Jaime Lerner - não pode agora negligenciar de novo ou omitir-se ante o novo perigo que se avizinha.

Nem tudo são flores na entrada da Primavera. Em 1992, a reserva de mata nativa existente no Conjunto Luís de Sá, na Zona Norte de Londrina, sofria o desmatamento. Na foto, uma peroba centenária deita ao solo após ser golpeada cruelmente por uma motosserra. Tudo para que o café ganhasse espaço.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 449/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de ontem, do Sr. Deputado Erondy Silvério, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Erondy Silvério, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra. O Deputado Erondy Silvério exerceu seu mandato na Assembléia Legislativa entre a 6ª Legislatura e a 12ª Legislatura,

sendo eleito Presidente da Casa para a 2ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura.

R E S O L V E :

Decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Erondy Silvério.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 26.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 082/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6996, datado de 14 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde, ao servidor deste Poder Legislativo, NOEL CANDIDO DE MORAES JR., matrícula nº 40970, de sessenta (60) dias, a partir de 05 de setembro de 2005, CID. F. 20.0).

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 083/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6995, datado de 14 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, ERONI APARECIDA CUSTODIO, matrícula nº 40242, de dez (10) dias, a partir de 13 de setembro de 2005, CID. 10 e 10

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 084/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6997, datado de 14 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, MARIA DOLORES

CORREIA, matrícula nº 40350, de noventa (90) dias, a partir de 23 de agosto de 2005, CID. M75.1

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Despacho do Diretor

PROTOCOLO Nº 6524/2005

Requerente: WILSON SILVA

Assunto: Solicita receber Gratificação por Dedicção Exclusiva e Regime de Tempo Integral.

Data: 25/08/2005

Despacho:

1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradora Geral.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao Da para arquivar.

Curitiba, 21/09/2003.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos Scarpellini relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 005/2005, 026/2005, 194/2005, 230/2005 e 532/2005 que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente

abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou o seguintes Projeto de Lei de nº 266/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Cida Borghetti, Padre Paulo Campos, Dobrandino da Silva e Elio Rusch. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 258/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões. Com Parecer do Deputado Dobrandino da Silva. FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 218/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Com Parecer do Deputado Dobrandino da Silva. FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 289/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Com Parecer do Deputado Dobrandino da Silva. FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 281/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões. Com Parecer do Deputado Elio Rusch. FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, os Srs. Deputados: Durval Amaral, Cida Borghetti, Marcos Isfer, Rafael Greca e o Presidente da Comissão Deputado André Vargas;

dando início à reunião o Deputado Durval Amaral solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (3º reunião extraordinária do dia 24/08/2005), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente, passou a pauta do dia conforme abaixo: 01) Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Relatora: Deputada Cida Borghetti; 02) Projeto de Lei nº 447/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/2005. Relator: Deputado Durval Amaral; 03) Projeto de Lei nº 429/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 28/2005. Relator: Deputado Durval Amaral; 04) Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator: Deputado Durval Amaral; 05) Projeto de Lei nº 449/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/2005. Relator: Deputado Rafael Greca - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 271/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: solicitação de diligência junto à Procuradoria Geral do Estado, para que informe a esta Casa sobre a existência de medidas do Governo do Estado sobre a desativação dos trechos ferroviários concedidos no Estado do Paraná; solicitação aprovada pelos membros. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às 11h, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, dentre titulares e suplentes: Deputados: Barbosa Neto, Marcos Isfer, Cida Borghetti e o Presidente da Comissão Deputado André Vargas; dando início à reunião o Deputado Marcos Isfer solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (4º reunião ordinária do dia 13/09/2005), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente, passou a pauta do dia conforme abaixo: 01) Projeto de Lei nº 269/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que

após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

Ata de Comissão Especial

Reforma da Constituição

**COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
ATA DE INSTALAÇÃO E DA 1ª REUNIÃO**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Gabinete da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros da comissão constituída para opinar sobre a Proposta de Emenda à Constituição - Proposição nº 067/2005, Antonio Anibelli, Ademar Luiz Traiano, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri e Barbosa Neto, indicados pelas Lideranças Partidárias. Sob a presidência do Deputado Ademar Traiano foi verificada a existência de número legal, e declarado abertos os trabalhos. O Sr. Presidente passou, em seguida, a palavra ao Deputado Antonio Anibelli, relator designado, que apresentou parecer favorável, opinando pela aprovação da Proposta de Emenda em tela. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente; ANTONIO ANIBELLI - Relator; PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES; TADEU VENERI
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO**

Para analisar a Proposição nº 67/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva moldar a nossa Constituição ao advento da extinção dos Tribunais de Alçada.

MEMBROS INDICADOS

Partido	Líder	Membro
PMDB	Antonio Anibelli	Antonio Anibelli
PT	Tadeu Veneri	Tadeu Veneri
PSDB	Ademar Traiano	Ademar Traiano
PDT	Barbosa Neto	Barbosa Neto
PFL	Plauto Miró Guimarães	Plauto Miró Guimarães